



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 769 - DE 2 A 15 DE AGOSTO DE 2026 - R\$ 5,00



A crise mundial da imigração tende a se agravar



O capitalismo em decomposição provoca gigantescos deslocamentos de massas humanas

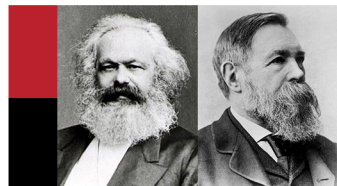
A DEFESA DOS IMIGRANTES DEPENDE DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA DE CLASSES DO PROLETARIADO

Resolver a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional

Convenção do PL

MILEI ZOMBA DE LULA E ALEXANDRE DE MORAES

Diante das eleições: nossa luta pela independência dos explorados



► Assimilando o socialismo científico
A base do Estado

A crise mundial da imigração tende a se agravar

**O capitalismo em decomposição provoca gigantescos
deslocamentos de massas humanas**

*A defesa dos imigrantes depende da organização e da luta
de classes do proletariado*

Ceuta é um pequeno enclave da Espanha no norte da África. Estimam-se 83.600 moradores. No entanto, mais uma vez ganhou notoriedade pelo fato de milhares de marroquinos invadi-lo à procura de acesso à Europa por meio da Espanha. Trata-se da rota mais curta entre o país marroquino e o enclave espanhol. A via terrestre o separa aproximadamente por 8 km. Esse é o motivo pelo qual a Espanha montou um rigoroso sistema de vigilância, resguardada por autoridades policiais de ambos os países. A cerca fronteiriça, protegida por policiais, alcança “10 metros nas partes mais vulneráveis”. A fronteira marítima, apesar de oferecer maiores perigos à vida dos imigrantes, é utilizada para romper o cerco ao deslocamento humano.

Em desespero, os imigrantes arriscam as vidas enfrentando as correntes marítimas a nado ou com boias infláveis. Uma vez ultrapassadas as barreiras anti-imigração, contam com a possibilidade de serem aceitos pela Espanha, e se não têm como sobreviver nesse país, espalham-se pela União Europeia.

Segundo o governo espanhol, 50 mil imigrantes chegaram a Ceuta, mas as autoridades locais admitiram 60 mil. No enfrentamento das águas e nos embates fronteiriços, se constatou 57 mortos. Em maio de 2021, aproximadamente 10 mil pessoas se aventuraram a chegar em Ceuta. Confirmaram-se 3 mortos. Como se vê, os acontecimentos recentes foram mais contundentes. A massa jovem, principalmente, que enfrentou as águas marítimas, expôs o agravamento da questão migratória.

Na primeira metade de junho, em Belfast (Irlanda do Norte), manifestantes bloquearam ruas, depredaram imóveis, incendiaram carros, atacaram residências e confrontaram a polícia, em resposta a uma violência por esfaqueamento desfechada por um refugiado do Sudão contra um irlandês. Desencadeava-se mais um movimento anti-imigrante. Observa-se que desde 2024 vem recrudescendo ações contra imigrantes.

O que se passa na Irlanda é uma extensão dos conflitos raciais que têm marcado politicamente o Reino Unido. Bastou uma falsa informação sobre o assassinato de três crianças em Southport para se acusar um imigrante mulçumano e, assim, desencadear uma onda de protestos anti-islâmicos. Tanto na Inglaterra quanto na Irlanda do Norte, sindicatos e organizações políticas saíram em defesa dos imigrantes, levantando bandeiras contra a xenofobia.

Na África do Sul, o fim do regime do apartheid em 1994 não eliminou as discriminações raciais e a xenofobia. Em 2008, emergiu uma onda de violência contra imigrantes provenientes de Moçambique, Somália, Maláui e Zimbábue. Foram assassinados cerca de 60 imigrantes e expulsos milhares. Abriu-se caminho para em 2021 surgir o movimento “Operação Dudula” (Operação de Expulsão), cuja bandeira principal foi a de deportação de imigrantes ilegais. Montou-se um tipo

de força voltada a intervir nos bairros miseráveis. A violência xenófoba avançava sob o regime democrático-burguês, que substituiu o do apartheid. Em 2026, no mês de abril, reanimaram-se os protestos anti-imigrantes em Pretória e Joanesburgo. Dois meses depois, o movimento “March and March” (Marchar e Marchar), criado em 2025, voltou à carga contra os imigrantes e estipulou a data de 30 de junho como um marco de expulsão de imigrantes ilegais.

Um dos pilares da política do governo Trump se assenta no combate à imigração e aos milhões de imigrantes que se encontram inseridos no país. A crise social na América Latina, em particular, potenciou o fluxo migratório na fronteira com o México em 2021. O governo de Biden recrudescu as medidas repressivas, mas Trump tem ido às últimas consequências com as prisões, deportações e proibições. Deu poderes ditatoriais ao ICE (Serviço de Imigração e Controle de Alfândega). O importante, no entanto, está em que tanto o governo democrata quanto o republicano armaram uma ofensiva contra os imigrantes. Basta ver que em seu mandato Biden deportou e impôs retornos de cerca 1,5 milhão de imigrantes. Há números mais amplos que indicam 4,4 milhões de repatriações (deportações formais, devoluções nas fronteiras, expulsões durante a pandemia). Trump, até julho de 2026, contribuiu com 600 mil. Sob a figura de “autodeportações”, foram 1,9 milhão. A operação policial do ICE no estado de Minnesota, ao resultar na morte de dois americanos, deu lugar, no final de janeiro, a manifestações e greves contra a política de Trump e as ações repressivas da polícia migratória. Assim como as contra manifestações xenófobas na Irlanda e Inglaterra, as dos Estados Unidos indicam o caminho da luta de classes para enfrentar as bárbaras manifestações do capitalismo em decomposição.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o número de pessoas que sofreram deslocamentos forçados passou de cerca de 43 milhões em 2010 para 117,8 milhões no final de 2025.

As particularidades de cada região e país não ocultam a base comum de suas causas. De Ceuta à África do Sul e desta aos Estados Unidos, passando pelos vários continentes, se têm como causas principais da imigração o desemprego, a miséria e a fome que atingem uma vasta camada da população mundial. As guerras e os conflitos armados intensificam e ampliam a crise social que já é gigantesca. São os casos da guerra na Ucrânia e no Irã, e do massacre na Faixa de Gaza, Cisjordânia e Líbano.

O atraso econômico que prevalece na maioria dos países impossibilita que os Estados nacionais respondam minimamente às causas sociais da imigração. Estão submetidos à dominação, ao saque e às imposições político-militares exercidos pelo imperialismo, que conforma a ultraminoria de países capitalistas altamente desenvolvidos. São justamente os saquea-

dores do mundo que promovem as guerras entre os Estados e gestam as guerras civis no seio das nações oprimidas.

Milhões e milhões que só têm a sua força de trabalho para sobreviver recorrem à migração voltada aos países desenvolvidos, que subordinam as condições econômicas e sociais dos países atrasados e que são destinados a manter-se como vassalos do capital imperialista. Não por acaso, a juventude operária e camponesa é que reflete na carne as condições do baixo desenvolvimento econômico e das travas impostas por um punhado de potências. Em seus países, está condenada a padecer da miséria e a sofrer todo tipo de enfermidade social. Ao recorrer aos países avançados em busca de trabalho, depara-se com um capitalismo em decomposição, que já não pode desenvolver amplamente as forças produtivas, que dita as guerras comerciais e que impulsiona a escalada militar.

Os acontecimentos em Ceuta são mais um sinal de que o regime social capitalista não tem nada a oferecer às massas trabalhadoras e, em particular, à juventude a não ser baixos salários, subemprego, desemprego, miséria, criminalidade, repressão policial e guerras de dominação. Está aí por que a crise imigratória não é uma exceção que atinge este ou aquele país. Ao contrário, perpassa todos os continentes. Os mais atrasados é que pagam um preço maior pelo atraso econômico e por suas sujeições às potências imperialistas.

A emersão do racismo e de toda sorte de manifestação xenófoba vêm crescendo em uma parcela da população inconsciente das causas e sujeita à decadência. Setores da burguesia e da pequena burguesia desesperada alimentam as tendências políticas fascistas, que se abrigam no seio do Estado burguês. O movimento anti-imigratório, principalmente na Euro-

pa, é encarnado pelas correntes nacionalistas de ultradireita, a exemplo da AfD (Alemanha), Reagrupamento Nacional (França), Irmãos da Itália, Partido da Liberdade (Países Baixos), entre outros. A AfD faz explícita defesa do nazismo. É sintomático que a Itália, dirigida por um governo de ultradireita, reagiu prontamente à crise em Ceuta, acusando a Espanha de facilitar a ação dos imigrantes e ameaçando com a possibilidade de romper o Acordo de Schengen, que regula a livre circulação na União Europeia.

As divergências que vêm se ampliando nas vísceras da burguesia e dos Estados burgueses sobre o fenômeno da imigração evidenciam a incapacidade da classe capitalista em encontrar uma via de reformas progressivas que atenuem o choque entre as nacionalidades e integrem as populações mais atingidas pelo esgotamento histórico do capitalismo da época imperialista. Ao mesmo tempo em que tais contradições colocam para a classe operária a necessidade de reagir com seu programa transformador, põe à luz do dia a gravidade da crise mundial de direção revolucionária.

Os retrocessos históricos das últimas décadas do pós Segunda Guerra resultaram de derrotas profundas da classe operária internacional. É o que se constata com o processo de restauração capitalista e bloqueio às revoluções proletárias. O essencial, no entanto, se encontra no processo de desintegração do capitalismo e de avanço da barbárie social. Essas condições objetivas são determinantes para o proletariado recorrer ao caminho da revolução social. Cabe à vanguarda com consciência de classe retomar as conquistas do passado e impulsionar programaticamente a construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Confirmação das candidaturas da ultradireita e direita

Teatralização típica da decomposição dos partidos da ordem e da democracia oligárquica

Mais um embate da vanguarda com consciência de classe diante do continuísmo ou da troca de um governo burguês por outro

No dia 5 de agosto, se encerra o período de confirmação das candidaturas para as eleições de outubro. Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) disputarão a presidência da República representando o campo da ultradireita e direita. Pelas pesquisas eleitorais, Lula (PT) continua liderando no 1º turno, disputando com o bolsonarista Flávio. As demais candidaturas oposicionistas de direita estão longe de oferecer qualquer perigo ao continuísmo de Lula.

O PSOL decidiu por não lançar candidatura própria à presidência, como havia feito nos anos de 2006, 2010, 2014 e 2018. Em reunião do Diretório Nacional, de março, houve a rejeição da posição de Guilherme Boulos, que integra o governo de frente ampla de Lula, de fazer parte da Federação PT, PCdoB e PSB, em torno à candidatura de Lula. No entanto, o PSOL aprovou o apoio à candidatura de Lula em nome do combate à ultradireita. Como se vê, se tratou tão-somente de uma divergência de aparatos eleitorais (distribuição financeira e candidaturas parlamentares).

As correntes de esquerda - PSTU, UP, PCB e PCO - não têm nenhuma expressão eleitoral. A esquerda, provavelmente, recorrerá

ao voto, qualificado de crítico, a Lula. Essa tem sido a conduta dos reformistas e centristas de esquerda.

De forma que já está estabelecido o quadro da disputa que prevalecerá durante a campanha e no dia 4 de outubro. Essa é a maior probabilidade. Caso se modifique, o país se verá diante de um acontecimento político de grande dimensão. Lula disputará o 2º turno com Flávio. Momento em que a direita se alinhará por detrás do candidato de Bolsonaro.

Haverá a partir do dia 2 de agosto, quando a Convenção do PT referendar a candidatura de Lula-Alckmin, uma radicalização eleitoreira em busca do apoio da maioria explorada.

A política dominante continuará sendo a que determina a classe dominante, ou seja, a classe capitalista. A disputa entre a ultradireita, direita e esquerda nas condições acima determinadas conduz inevitavelmente à subordinação da classe operária e dos demais explorados ao poder econômico e político dos exploradores. A esquerda pequeno-burguesa, por mais radical que seja no verbalismo socialista, termina por se sujeitar às divisões interburguesas.

A intervenção revolucionária nas eleições implica mostrar à maioria explorada que nenhuma das variantes em disputa pelo governo expressa as necessidades elementares dos pobres, miseráveis e famintos. Implica a defesa de um programa próprio de reivindicações vinculadas à estratégia programática da revolução social. Diante da ofensiva do imperialismo, materializada nos ataques dos Estados Unidos aos países semicoloniais, como vem se passando com o Brasil, a posição proletária, mesmo quando prevalece a disputa eleitoral, é a de lutar para que as organizações dos explorados constituam a frente única anti-imperialista.

Da bizarrice de Milei ao intervencionismo de Trump

Não houve nada de inesperado da bufonice do presidente da Argentina em sua agressão verbal ao presidente do Brasil e ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). No caso de Lula, Milei o acusou de “ladrão” e recorreu ao episódio de sua prisão, bem como à apreciação ideológica de que o petista teria sido “responsável por espalhar o socialismo da pobreza pela América Latina por meio do Foro de São Paulo”. Quanto ao ministro do STF, apelou para a zombaria valendo-se da imagem “lixo careca”.

A desfaçatez como o presidente da Argentina interveio na Convenção do PL para defender a candidatura de Flávio Bolsonaro evidencia a decomposição da política burguesa em geral e, em particular, da Argentina e do Brasil. Palavras são palavras, que podem ser levadas pelo vento.

O problema está na expressão concreta de que Milei veio ao Brasil a convite do PL e do candidato Flávio para se pronunciar politicamente a favor do intervencionismo de Donald Trump. Seu discurso teatral materializou a presença física do sionista e açougueiro Benjamin Netanyahu.

O ex-presidente Jair Bolsonaro - condenado e preso pela tentativa fracassada de um golpe de Estado, justamente para impedir a posse de Lula - tem contado com a proteção do governo Trump e com sua guerra comercial para potenciar a candidatura de seu filho. Uma vitória de Flávio seria sua própria libertação, não importando o quanto custaria ao país submetê-lo à política do imperialismo norte-americano, sob a orientação de Trump. Mais ainda, o quanto pesaria a subserviência do Estado brasileiro para os Estados Unidos triunfarem na América Latina em sua guerra comercial com a China e em seus objetivos expansionistas.

Milei não passa de um fantoche do imperialismo estadunidense e de um ardente defensor do Estado sionista de Israel. Flávio, se eleito, seria mais um fantoche agregado à política de dominação desenvolvida por Trump.

O fato do Brasil ter aumentado sua dependência à China, como exportador de commodities, e não poder contar com o mercado norte-americano e europeu para garantir o crescimento econômico alicerçado na agroindústria e mineração, vem obrigando a burguesia brasileira a manter uma certa equidistância do alinhamento internacional exigido pelos Estados Unidos.

Eis por que setores do grande capital nacional veem com apreensão a submissão descarada da candidatura de Flávio à guerra comercial que tem afetado duramente a economia do país. Esses setores aspiravam a candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Ainda têm alguma vã esperança de que Lula seja derrotado por uma aliança ditada pela direita, de forma que afaste o perigo de uma aventura encarnada pelo bolsonarismo.

Os impropérios de Milei foram quase que unanimemente rejeitados, ao mesmo tempo em que responsabilizaram a candidatura de Lula pelo afastamento entre Brasil e Argentina. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, responderam com a mesma moeda, qualificando Milei de “palhaço” e “caricatura patética”, respectivamente.

Lula orientou a diplomacia brasileira a “convocar o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Julio Bitelli, para consultas em Brasília - um gesto diplomático utilizado quando há grave deterioração nas relações entre dois países”. O Itamaraty, por sua vez, “convocou o embaixador argentino no Brasil, Daniel Raimondi, para prestar esclarecimentos sobre as declarações de Milei”. Certamente, a crise diplomática será contornada. Não passa de uma formalidade, mas que expõe o conflito entre o governo argentino que se submeteu completamente aos ditames de Trump e o brasileiro que vem se contorcendo para responder às medidas de guerra comercial dos Estados Unidos.

Esse acontecimento grotesco não passa de um episódio na disputa eleitoral. Mas, distintamente da reação do governo Lula e de setores da burguesia, o movimento dos explorados denuncia e rechaça o intervencionismo dos Estados Unidos expondo o seu conteúdo imperialista. É uma tradição da potência do norte interferir nos acontecimentos dos países latino-americanos atuando por cima dos governos e dos Estados nacionais. O presidente da Argentina se deu o direito de discursar na Convenção do PL zombando das autoridades brasileiras justamente porque conta em sua retaguarda com as armas de Trump.

Objetivamente, está posta a tarefa de organizar o movimento anti-imperialista

Lula e a burguesia brasileira evidenciam sua impotência porque não podem encarnar um movimento anti-imperialista de defesa nacional, apoiando-se na maioria oprimida. Os ataques ao Brasil são parte das ações imperiais dos Estados Unidos contra a Venezuela e Cuba. Na realidade, ações que vêm submetendo a quase totalidade dos países latino-americanos. Assim ocorre porque houve um grande retrocesso na luta anti-imperialista no continente. O que tem retardado a constituição da frente única anti-imperialista, como tática do programa da revolução social.

As atuais experiências catastróficas - o que se passa na Venezuela e Cuba é a maior demonstração - colocam objetivamente a necessidade de a classe operária se emancipar da dominação burguesa e se colocar à frente da maioria oprimida em combate à opressão imperialista e pela autodeterminação das nações oprimidas. O Brasil tem uma importância particular pelo seu peso econômico e pela presença de um portentoso proletariado. O problema está em avançar no sentido de superar a crise de direção, fortalecendo a construção do POR, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

**A luta pela
independência
de classe
do proletariado**

Tática e Estratégia do Partido
Operário Revolucionário (POR)
nas eleições presidenciais de 2022



Governo Lula/PT planeja privatizar rodovias no Ceará

O Governo federal noticiou, no final de julho, que pretende privatizar todos os trechos da BR 116 e 304 que cortam o Ceará. A informação foi divulgada pelos ministérios da Casa Civil e dos Transportes. As concessões fazem parte do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e estabelecem a privatização de 640 km de rodovias. O estudo para a concessão encontra-se em fase inicial, segundo o governo, mas deve ser concluído após 2026.

Outros trechos da BR 116, assim como das BRs 101 e 304 devem ser igualmente privatizados nos demais estados como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A futura concessionária implantará as praças de pedágios e assumirá os serviços de manutenção, conservação, sinalização e atendimento aos usuários.

Não é a primeira vez que os governos petistas realizam privatizações de infraestrutura no Nordeste. Lula privatizou lotes da BR 116 e 324 na Bahia em 2007. Dilma privatizou trechos da BR 101 na Bahia, em 2011. Em seguida, foi a vez dos aeroportos. São Gonçalo do Amarante/RN foi o primeiro aeroporto federal entregue totalmente à iniciativa privada através de leilão, neste mesmo ano. Os aeroportos de Fortaleza e Salvador, ambos privatizados em 2017, formalmente sob Temer, passaram por todas as etapas de estudo e negociações sob o governo Dilma. A concessão da Nova Transnordestina foi realizada por Lula ainda em 2006, mantendo o controle do grupo privado ligado à CSN. É preciso não esquecer, igualmente, o avançado processo de privatização do metro de Recife com leilão previsto para 2026 ou mais tardar 2027.



O governo de Frente Ampla (Lula/Alckmin) não se diferencia em nada dos governos burgueses anteriores em matéria de privatizações e manutenção das contrarreformas. As concessões, antes atacadas demagogicamente pelo PT, foram incorporadas por seus governos e se tornaram uma via para sustentar o parasitismo do grande capital nacional e internacional.

O POR denuncia as privatizações e defende a estatização sem indenização de toda a infraestrutura de transportes (parte dos setores chave da economia nacional) sob controle operário. Que as centrais, sindicatos e movimentos sociais se coloquem imediatamente contra as privatizações e convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa das condições de vida das massas e pela revogação das contrarreformas.

Sete anos da reforma da previdência no Ceará

Em 19 de dezembro de 2019, o então governador Camilo Santana/PT sancionou a contrarreforma da previdência no Ceará (adequação à emenda constitucional EC nº 103/2019) do governo Bolsonaro. O governo montou um forte aparato repressivo com batalhões da PM na Assembleia Legislativa para aprovar a Emenda Constitucional Estadual nº 97/2019 e a Lei Complementar Estadual nº 210/2019. Os poucos manifestantes que protestavam contra a aprovação da maldita contrarreforma (houve boicote de inúmeros movimentos e sindicatos governistas) foram reprimidos com chutes, cassetetes e gás lacrimogêneo. Os atingidos pela reforma foram todos os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Ceará, incluindo servidores ativos e aposentados.

As principais mudanças ocorreram na idade mínima para aposentadoria, que antes da reforma permitia diversas regras, em alguns casos, até mesmo o da aposentadoria por tempo de contribuição. A regra passou a ser geral: a) 65 anos para homens e 62 para mulheres; b) 25 anos de contribuição; c) 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que ocorrerá a aposentadoria.

A reforma também alterou a forma do cálculo para aposentadoria. Antes da reforma era considerada 80% das maiores contribuições e grande parte dos servidores tinha direito à integralidade e à paridade. Depois dela, passou a ser considerada toda a vida contributiva. A regra atual é 60% da média das contribuições mais acréscimo de 2% por ano que exceder o tempo mínimo.

Outro ataque odioso foi o aumento do desconto previdenciário

de 11% para 14% do salário (ativos) e confisco de 14% dos benefícios de aposentados e pensionistas.



O governo Camilo Santana/PT, em nada se diferenciou do ultradireitista Bolsonaro, convergindo para a ideia de que a reforma era inadiável. Na atual fase de desintegração mundial capitalista, a burguesia exige de seus governos e parlamentos a aplicação de contrarreformas duríssimas que eliminem as já míseras conquistas dos trabalhadores. As contrarreformas são aplicadas com o objetivo de aumentar a taxa de lucro e a exploração da força de trabalho.

Ao longo desses últimos 40 anos, os professores da rede estadual perderam inúmeros direitos (redução de carga horária, quinquênios etc.) com os primeiros ataques remontando à época de Tasso Jereissati/PSDB em 1986. Não é possível aceitar novos retrocessos. É preciso que a categoria se organize, volte a lutar e se coloque com firmeza pela defesa de suas condições salariais e de trabalho. A resistência aos ataques dos governos passa pela recuperação da APEOC como organismo de luta com independência de classe e a construção da Corrente Proletária na Educação no magistério estadual.



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Julho/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



Política Operária

Abaixo as tarifas de Trump contra o Brasil!

Que as centrais e sindicatos convoquem um dia Nacional de Luta, como preparação da Greve Geral!

Organizar os comitês de frente única anti-imperialista por todo o país!

Donald Trump anunciou uma nova tarifa de 25%, podendo chegar a 37,5% no acumulado a vários produtos brasileiros. A nova ofensiva imperialista de Trump ao Brasil, mostrou mais uma vez o caráter entreguista do governo burguês de Lula e a subserviência histórica das frações da burguesia brasileira ao domínio estadunidense sobre o país.

A guerra comercial de Trump tem como centro a confrontação com seu maior adversário econômico, a China. Esse fator condiciona, em última instância, a guerra comercial desatada na América Latina, cujos países mais visados são o Brasil e o México. A corrida das multinacionais para se apossarem das áreas de mineração, em Minas Gerais, que abrigam o lítio, é um dos sinais de que se acirra a guerra comercial em solo brasileiro. O lítio é um componente indispensável para as baterias dos carros elétricos.

As federações e confederações da Indústria, o Agronegócio e os setores mais afetados pelo tarifaço como o da madeira, máquinas e equipamentos, calçados, todos, saíram a pedir ao governo que não aplicasse a lei da reciprocidade, que não retaliassem o tarifaço de Trump. O governo Lula como representante dos interesses da burguesia não aplicou a lei da reciprocidade e entregou R\$ 18 bilhões para os setores atingidos.

Os empresários, por sua vez, continuarão pagando um salário de miséria e demitindo os trabalhadores, como fez a empresa

Parker, em São José dos Campos, que fechou a fábrica e demitiu 300 operários. Está claro que a burguesia nacional e o governo Lula, que representa seus interesses, são subservientes ao imperialismo, por isso, não podem combater a ofensiva de Trump e defender a soberania nacional.

A tarefa de defender a soberania e a independência nacional só pode ser levada a cabo pelo proletariado.

Frente à ofensiva imperialista e o tarifaço de Trump, a classe operária e demais explorados devem levantar a bandeira anti-imperialista de "Abaixo o tarifaço de Trump!". Exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, como preparação da greve geral.

O Boletim Nossa Classe do POR defende a constituição de uma Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária, que levante a bandeira de expropriação e estatização das multinacionais, de todos os setores da indústria, do agro, dos bancos e do sistema financeiro, sem indenização, e sob o controle operário. É parte desse movimento a defesa da Venezuela, de Cuba, da Palestina e do Irã que se acham também sob ataque dos Estados Unidos. Nesse mesmo sentido, cabe à classe operária e aos demais explorados combaterem as guerras de dominação e defenderem a autodeterminação das nações oprimidas.

Direção dos metalúrgicos do ABC fala que defende redução da jornada, mas faz acordo de horas extras (aumento da jornada) na Volks!

No dia 23 de julho, a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC apresentou e aprovou em assembleia, no pátio da Volks na Anchieta, um acréscimo no acordo existente para trabalhar mais 4 dias no calendário da produção em 2026. Segundo a direção do sindicato, os dias adicionais como horas extras são necessários devido a maior demanda do programa Move Brasil.

O programa Move Brasil é um empréstimo que o governo burguês de Lula, através do Banco do Brasil, aprovou para os taxistas, motoristas de UBER, 99, mototáxis, entregadores etc., comprarem carros ou motos e irem trabalhar longas jornadas e sem nenhum direito trabalhista para as plataformas UBER, 99 e outras, endividados até o pescoço. Enquanto essas empresas de plataforma contratam sem dispor das ferramentas necessárias para os seus trabalhadores super explorados, que se endividam comprando carros,

aumentam o lucro das montadoras, que por sua vez, aumentam a jornada de trabalho convocando os operários para fazerem horas extras, ou seja, irão produzir mais com o mesmo número de trabalhadores.

A direção do Sindicato Metalúrgico, que publica na Tribuna Metalúrgica e fala demagogicamente que é a favor da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, mas na prática fazem o contrário ao negociar acordos com a Volks e demais montadoras, que permitem aumentar a jornada de trabalho e a superexploração dos operários.

Frente à necessidade da Volks em aumentar a produção, a direção do sindicato deve defender a contratação de mais operários e não o aumento da jornada. O sindicato deve organizar a luta em defesa de um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter

a família trabalhadora. Dessa forma, os operários não vão precisar se matar e ficar doentes fazendo horas extras. Como demonstrou Karl Marx em O Capital, o prolongamento da jornada de trabalho é um dos mecanismos centrais da produção capitalista para ampliar a exploração da força de trabalho.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da Volks e demais metalúrgicos a exigirem que a direção do sindicato e as centrais

convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; pelo fim da escala 6x1; pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização; a luta por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora.

Mais um crime da burguesia: trabalhador foi morto e outros 5 ficaram feridos gravemente

Não é acidente, é assassinato!

No dia 25 de julho, um operário morreu e outros cinco ficaram gravemente feridos, (um com traumatismo crânio encefálico e os demais com fraturas graves), após um desabamento em uma obra de construção de um condomínio de luxo no Morumbi, Zona Oeste de São Paulo.

Aluizio Belau dos Santos de 53 anos teve parada cardiorrespiratória e morreu na hora. A estrutura das fundações da construção, uma gaiola metálica de cerca de 15 toneladas, desabou sobre os operários durante a concretagem da fundação, prensando-os dentro das escavações.

A construção civil permanece como o setor da produção com maior número de acidentes graves e fatais (quedas de altura, soterramentos, colapso de escavações, choque elétrico, queda de cargas suspensas e colapso estrutural). O setor registra mais de 450 mortes por ano, conforme levantamento do Ministério Público do Trabalho baseado em dados oficiais. O risco de morte de um trabalhador da construção é cerca de duas vezes maior que o observado na média dos demais setores da produção, segundo dados do Crea-SP.

Essa alta taxa de mortalidade na construção civil reflete a degradação resultante dos ataques da burguesia à força de trabalho no último período. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização, o arcabouço fiscal, a degradação das condições de trabalho, o rebaixamento salarial têm empurrado a classe operária e os demais explorados para o adoecimento, para a miséria e para a morte.

As burocracias sindicais têm responsabilidade política pelas mortes na produção, porque trabalham ativamente em frear a or-

ganização política independente da classe operária e desviado a atividade sindical para fins oportunistas, carreiristas, eleitoreiros e patronais. Ou seja, os sindicatos abandonaram o terreno da luta em defesa das reivindicações e condições de vida dos trabalhadores e passaram a servir a burguesia de forma descarada, virando as costas para os crimes de morte que a patronal vem cometendo contra os explorados. O Sintracon (Sindicato dos trabalhadores da construção civil de São Paulo), dirigido pela Força Sindical, não se manifestou sobre a morte do soldador.

Diante dessa situação de barbárie da classe operária na produção para enriquecer uma minoria exploradora, a resposta deve ser dura e organizada com base nos métodos históricos de luta da classe operária, que são a greve, a paralisação da produção, os piquetes, o fechamento de ruas e avenidas.

O Boletim Nossa Classe chama a classe operária e demais explorados a rejeitarem os ataques da burguesia e organizarem o combate em defesa de um salário mínimo vital, suficiente para manter uma família de quatro pessoas (estimado pelo DIEESE para junho de 2026 em de R\$ 8.110,92); colocar abaixo as contrarreformas antioperárias e antipopulares impostas pelos governos burgueses de Temer, Bolsonaro, Lula-Alckmin; defender a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução de salário); escala móvel de reajuste (sobem os preços, sobem os salários); estabilidade no emprego, aposentadoria por tempo de serviço, estabilidade, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, saúde e educação pública gratuita, habitação a todos, sob o controle operário.

Roubo da patronal sobre o vale-transporte na construção civil

Trabalhadores da empresa DP Barros estão sofrendo descontos indevidos de vale-transporte na folha de pagamento. A empresa do setor da construção civil pesada, que está realizando uma obra de implantação de galerias e desvio dos córregos “Paraguai” e “Êguas” na Zona Sul da capital, está descontando em folha os 6% do vale-transporte, mas está depositando apenas parte do valor no bilhete dos operários. A justificativa é a de que o bilhete dos companheiros tem saldo e que por isso não é necessário recarregá-los. O que acontece é que esse saldo que os operários possuem no bilhete foram recarregados por eles mesmos e não pela empresa. A empresa se exime do depósito, entretanto não de descontar na folha. Isso não tem outro nome, é roubo.

Os pedreiros, armadores, carpinteiros, eletricitistas, concretistas já sofrem com os baixos salários, jornadas exaustivas, segurança precária, carestia da vida e ainda são roubados até a última gota de sangue pelos patrões sanguinários que ampliam cada vez mais o saque sobre o valor da força de trabalho. Trata-se de uma cruel in-

vestida sobre a classe operária com o objetivo de ampliar os lucros dos patrões que não trabalham e se beneficiam de todo trabalho realizado pela classe operária. O RH da empresa ainda ameaça e chantageia dizendo que quem não estiver satisfeito, pode sair. No último período, 10% dos trabalhadores dessa obra foram demitidos.

O Sintrapav (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins) cuja direção é totalmente patronal, silencia sobre o problema e prepara a demissão dos camaradas que denunciam o roubo.

O Boletim Nossa Classe, diante dessa situação, defende a organização política independente dos trabalhadores pelos seus próprios métodos, que são a greve e a paralisação da produção. Está posta a tarefa de expulsar as direções traidoras e patronais dos sindicatos para recuperar sua função histórica, que é a de organizar a luta da classe operária em defesa de seus direitos e suas condições de vida.

Em defesa do Internacionalismo proletário!

Combater o acordo de demissão negociado entre a Volkswagen e a direção sindical do IG Metall

Emprego não se negocia, defende-se com a greve, a ocupação de fábrica e o controle operário da produção!

As notícias recentes têm repetido a versão patronal das dificuldades do grupo Volkswagen: alta do custo da energia (com a interrupção do fornecimento barato vindo da Rússia), tarifas da guerra comercial movida principalmente pelos Estados Unidos, os custos da transição para os veículos elétricos e a concorrência chinesa, que já responde por perto de 10% do mercado europeu.

O plano de reestruturação e de demissões anunciadas pela Volkswagen tem sua raiz na forma capitalista de produção e na guerra comercial, própria de sua fase imperialista. Sob as relações capitalistas de produção, cada avanço tecnológico aplicado, como a automação, robótica e inteligência artificial não significa melhoria das condições de vida e trabalho da classe operária e demais trabalhadores. Ao contrário, as novas tecnologias passam a ser instrumento de intensificação da exploração, de eliminação de postos de trabalho e de ampliação do exército industrial de reserva. O problema não está na evolução das máquinas e da técnica, mas no choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção.

Com um exército industrial de reserva cada vez maior, devido às constantes demissões, caem o valor da força de trabalho e as garantias históricas arrancadas em mais de um século de luta. A crise de superprodução e a queda da taxa de lucro levam a burguesia a destruir forças produtivas, com o fechamento de fábricas e demissões em massa. Também são parte desse processo as fusões e aquisições, que concentra ainda mais o poder dos grandes monopólios, traço característico do capitalismo em sua fase imperialista.

Os Estados nacionais, sobretudo os imperialistas, agem de forma protecionista e alimentam guerras comerciais que, levadas às últimas consequências, se potenciam até a confrontação bélica. O exemplo mais marcante hoje é a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China, o que tem atingido duramente a indústria automobilística. A burguesia para salvaguardar seus lucro descarrega a crise sobre os trabalhadores e, para isso, ela precisa de organizações capazes de conter a resistência operária. É nesse terreno que atuam as direções sindicais reformistas, centristas e direitistas: sua política aplica os ataques patronais, não organiza a luta pela derrota dos ataques. Assim, os sindicatos, que nasceram como instrumentos de defesa dos empregos, dos salários e das condições de vida, são convertidos em correia de transmissão da política burguesa no movimento operário.

A IG Metall, maior sindicato metalúrgico do mundo e maior organização sindical da Alemanha não é exceção. Em 1994, diante da ameaça de 30 mil demissões, a IG Metall aceitou a semana de quatro dias (28,8 horas) com corte de salários. A jornada foi reduzida, mas às custas do trabalhador, não da taxa de lucro. Em troca, houve uma promessa de estabilidade. Entre 2004 e 2006, renovaram-se os “pactos pelo emprego” com estabilidade prometida em troca de congelamento salarial e, logo depois, houve a elevação da jornada de volta a 33 horas sem reposição correspondente. Em 2016 foi feito o “Pacto para o Futuro” com a eliminação de 30 mil postos no mundo (23 mil na Alemanha) até 2025. Esse pacto foi apresentado como salvação da empresa e, assim, dos empregos. Em 2020 e 2021, depois da pandemia, novos programas de corte de custos com aposentadorias incentivadas, planos de demissão

“voluntária” e reestruturações. Sempre com a mesma justificativa de preservar os empregos que restam (o que nunca acontece). Em setembro de 2024 a Volkswagen rasga unilateralmente o acordo de “estabilidade” que vigorava havia 30 anos e que valeria até 2029. Anunciou o possível fechamento de fábricas na própria Alemanha e exigiu 10% de corte nos salários. De outubro a dezembro de 2024 a base responde: cerca de 100 mil trabalhadores participam das mobilizações e paralisações de advertência, a maior movimentação na empresa em décadas. Em 20 de dezembro de 2024, no auge da mobilização, a direção da IG Metall e o Comitê de Trabalhadores fecharam o acordo: nenhuma fábrica fechada de imediato e nenhuma demissão por motivo econômico até 2030 — em troca da eliminação de 35 mil postos de trabalho na Alemanha até 2030, do corte de mais de 700 mil unidades da capacidade produtiva, da suspensão do reajuste de 5% já conquistado para 2025 e 2026 e do fim de prêmios e bônus. O acordo foi apresentado pela direção sindical traidora como uma vitória “responsável” e a mobilização foi desmontada. Em 2025 a empresa ampliou o plano para 50 mil postos até 2030.

Agora em junho de 2026, menos de dois anos depois do acordo “definitivo”, a matriz preparou dobrar a conta: até 100 mil demissões no grupo, cerca de um em cada seis dos 657 mil empregos, e o fechamento de quatro fábricas na Alemanha. Em 9 e 10 de julho, sob protestos em várias plantas, o plano foi barrado no conselho de supervisão por 12 votos a 7, com os representantes dos trabalhadores e do estado da Baixa Saxônia. No mesmo dia, a empresa informou queda de 8,6% nas entregas do segundo trimestre, a maior em quatro anos, alegando, como sempre, queda nos lucros. O bloqueio no conselho de supervisão não altera o essencial. Ele apenas transfere a barganha para outro patamar e revela o que a co-gestão, que inclui representantes sindicais no conselho de administração, realmente é: um mecanismo que amarra a representação dos trabalhadores à empresa. Quem se senta no conselho como corresponsável pela rentabilidade acaba obrigado a discutir qual fábrica fechar e qual demissão é aceitável em vez de discutir como impedi-la. Por isso, cada acordo assinado em nome da preservação dos empregos serve de plataforma para uma nova rodada de ataques poucos anos depois, às vezes poucos meses depois.

O método da negociação sem mobilização inverte o papel do sindicato: em vez de organizar a resistência contra os ataques da patronal, o sindicato passa a administrar a forma que eles serão aplicados aos trabalhadores, convencendo a base a desmobilizar exatamente no momento em que ela é mais forte, como ocorreu em dezembro de 2024, com 100 mil trabalhadores em movimento.

O caso da Volkswagen expõe como a burguesia manipula os operários: a empresa planeja globalmente, distribui a produção entre Alemanha, México, Brasil, China e África do Sul, compara custos entre plantas e ameaça uma unidade com a transferência. da produção para outra. Os fornecedores são globais, a concorrência também é global. Os sindicatos, porém, negociam planta a planta, país a país. O resultado é conhecido: os trabalhadores de uma fábrica são levados a aceitar cortes para “ganhar” a produção que seria da fábrica vizinha, e assim se rebaixam mutuamente. A concorrência entre capitais se converte em concorrência entre

operários. Não por acaso, os encontros do Comitê Mundial dos Trabalhadores da Volkswagen são organizados pela própria multinacional para apresentar seus planos de reestruturação, que logo são defendidos pelos burocratas diante de suas bases.

O Brasil apresenta os menores custos de produção, ou seja, aqui, com a anuência das direções traidoras do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT), do Sindmetau de Taubaté (CUT) e do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (Força Sindical) de São José dos Pinhais, os operários já estão em um nível superior de exploração em comparação às demais fábricas do grupo Volkswagen mundo afora.

O internacionalismo proletário parte de um fato material: operários alemães, brasileiros, chineses, mexicanos e norte-americanos têm os mesmos interesses, ou seja, a defesa dos empregos, salários e condições de trabalho. A resposta a uma reestruturação mundial só pode ser mundial, por meio de comitês de fábrica classistas e de congressos nacionais e mundiais da classe operária que aprovem um plano de luta próprio, e não os planos apresentados pela patronal.

Um plano de luta próprio e internacionalista deve partir das seguintes reivindicações: nenhuma demissão e nenhum fechamento de fábrica; escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas disponíveis entre todos os trabalhadores, sem redução de salários); escala móvel dos salários, com reajuste automático diante da inflação; abertura dos livros contábeis; controle operário da produção (estatização sem indenização, sob controle operário de todas as plantas que a patronal ameaçar fechar).

Enquanto existir a propriedade privada e os meios de produção estiverem em mãos da burguesia serão os patrões que decidirão o que produzir, onde produzir e quantos trabalhadores manter. Por isso, a luta imediata pelos empregos, salários e direitos deve estar ligadas a luta política pela tomada do poder, pela expropriação da burguesia por meio de uma revolução proletária e a constituição

de um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, que colocará fim à propriedade privada e estabelecerá a propriedade social dos meios de produção.

Quanto mais a crise leva a burguesia a destruir forças produtivas para preservar seus lucros, mais urgente se torna a necessidade de uma organização internacional da classe operária capaz de responder à ofensiva mundial do capital.

A política de conciliação e acordos patronais realizados pela direção sindical do IG Metall, assim como faz a direção dos metalúrgicos do ABC no Brasil, coloca a tarefa urgente de expulsar a burocracia traidora dos sindicatos e construir as comissões de fábricas classistas e revolucionárias para combater as demissões e fechamento de fábricas aprovando a greve com ocupação das fábricas, o controle operário da produção e a estatização sem indenização de todos os setores da indústria.

Para avançar nesse sentido, é necessário formar as direções classistas e construir o partido operário revolucionário. O internacionalismo proletário está na base do programa da revolução social, que tem de ser encarnada e desenvolvida pela vanguarda com consciência de classe.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
GUERRAS NA UCRÂNIA E NA FAIXA DE GAZA POTENCIAM A CRISE MUNDIAL
RESOLUÇÕES, MANIFESTOS E DECLARAÇÕES

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Posse da diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC Um palanque eleitoral para a reeleição de Lula e de candidatos petistas

Em 26 de julho, tomou posse a 24ª diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Estava presente na cerimônia toda a cúpula do governo nacional reformista, incluindo Lula, que não poderia faltar, pois o SMABC é a base de sustentação do governo de frente ampla.

Os discursos tiveram um apelo ao passado para se referir à classe operária e, em particular, aos metalúrgicos, apresentando a categoria sempre como aquela que salvou o país e da qual saiu Lula, que dirige hoje o país. Lula discursou na condição de ex-metalúrgico e, agora, presidente da República burguesa. Fez a demagogia costumeira, referindo-se à amizade que possui com os dirigentes sindicais. Dirigindo-se, especialmente, a Wellington Damasceno, afirmou que, apesar de serem amigos, “como presidente do sindicato você não tem de me tratar como amigo. Quando eu estiver fazendo as coisas erradas, o correto é você cobrar todo o dia, pois é a essa categoria que você tem de ser leal”. Como demagogo, Lula enfeitou sua fala com uma aparência de autonomia sindical. Um discurso de quem está no poder burguês há muito tempo e sabe como ludibriar uma parcela de operários vinculada à burocracia do sindicato.

A presença e o discurso de Lula fizeram parte da campanha eleitoral, bem como da propaganda das candidaturas petistas ao governo de São Paulo e ao parlamento. Não por acaso, os discursos fizeram coro na defesa das medidas tomadas pelo governo Lula

em favor dos metalúrgicos e dos trabalhadores em geral.

Como carneirinhos do governo, os burocratas sindicais se comprometeram com a reeleição de Lula, de Haddad e com o aumento das bancadas petistas e de aliados no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa. A posse da nova diretoria do sindicato, na realidade, não passou de um grande palanque eleitoral.

Uma trajetória que caminhou para a conciliação de classes

Desde as greves metalúrgicas no ABC, já se passaram praticamente 50 anos. A maior greve da categoria aconteceu em março de 1979, há 47 anos. Sem dúvida, as lutas metalúrgicas foram de enorme importância para a classe operária do país, pois as reivindicações por salários, empregos e defesa da liberdade de expressão passaram a ser defendidas em nível nacional e deram impulso às lutas de outras categorias.

Entretanto, a partir dos anos 1990, as direções do SMABC foram abandonando, pouco a pouco, os métodos próprios da classe operária. Foram criando, dentro do Sindicato, mecanismos que afastaram os metalúrgicos das instâncias de deliberação. As assembleias gerais foram reduzidas, as comissões de fábrica foram

substituídas por comitês sindicais por empresa e as eleições sindicais passaram a ser indiretas, sem direito à participação de chapas oposicionistas. As consequências foram drásticas para os trabalhadores, que já não contam com assembleias democráticas nem com a independência sindical.

O Sindicato, assim, deixou de ser um instrumento de defesa da força de trabalho e de organização e mobilização geral da classe operária para se tornar um aparato a serviço dos interesses da burocracia. Quase sempre é utilizado como trampolim para a burocracia alcançar cadeiras no parlamento ou no governo, como ocorre hoje.

Reconquistar o sindicato para a luta

Os sindicatos no Brasil estão, em sua grande maioria, estatizados. Não há democracia sindical nem independência diante dos governos de plantão. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que se destacou nas greves do final da ditadura militar e que encabeçou

as grandes greves gerais do início dos anos 1980, transformou-se em um aparato controlado com mão de ferro por uma burocracia petista. O mesmo se passa com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, controlado por uma burocracia vinculada ao partido de direita, o Solidariedade. Citamos esses dois sindicatos porque são os carros-chefes da classe operária em nosso país. O primeiro é dirigido pela política da CUT e o segundo, pela Força Sindical.

Por exercer uma política de conciliação de classes, essas direções abandonaram há muito tempo as reivindicações que unificam a maioria explorada e adotaram os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. São direções, portanto, pró-capitalistas.

O Boletim Nossa Classe tem realizado um trabalho de penetração das ideias revolucionárias e de combate à política colaboracionista das direções sindicais. Vem insistindo na necessidade de constituir as comissões de fábrica classistas e de luta. Para isso, realiza os Encontros Operários mensalmente, no sentido de aproximar a vanguarda descontente com a política da direção do sindicato para a defesa do programa próprio da classe operária e sua estratégia de combate ao capitalismo e defesa do socialismo.

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Sul - Reproduzimos a nota do Boletim sobre a campanha salarial

Campanha salarial dos metalúrgicos de São Leopoldo e região

Rejeitar o arrocho salarial proveniente dos acordos com a patronal

Unidade de classe por um Salário Mínimo Vital

Os metalúrgicos de São Leopoldo e região e de importantes fábricas, como Gerdau, Taurus e AGCO estão em campanha pelo dissídio salarial.

O Boletim Nossa Classe do mês de julho chamou os operários da região a lutar por um Salário Mínimo Vital, que de acordo com o cálculo do DIEESE, no mês de junho seria de R\$8.110,92. Orienta os operários a rejeitarem a proposta de reposição de 6,33%, consti-

tuída de 4,33% do INPC somado a 2% de "ganho real", que desconhece a defasagem salarial.

O Boletim aponta também para a necessidade de combater a política das direções sindicais, que é de conciliação de classes. O que implica uma luta pela retomada dos sindicatos pela base, através da organização desde o chão da fábrica, constituindo as comissões de fábrica classistas e revolucionárias.

Nota do Boletim Nossa Classe

O cálculo do DIEESE e a urgência da Escala Móvel de Salários

Os números não mentem, e a fome das famílias trabalhadoras não respeita o calendário dos patrões. Em junho de 2026, o levantamento do DIEESE comprovou matematicamente o que a classe operária já sente no dia a dia: o Salário Mínimo Necessário para sustentar uma família no Brasil deveria ser de R\$ 8.110,92. Esse valor equivale a cinco vezes o salário mínimo nacional atual (R\$ 1.621,00).

Há um detalhe fundamental nessa pesquisa que revela a farsa do salário no capitalismo: o DIEESE calcula esse valor todos os meses porque os preços da comida, do transporte, do aluguel e da luz não param de subir. A carestia muda sempre, empurrada pela sede de lucro das grandes empresas. No entanto, os patrões e o governo exigem que o salário dos trabalhadores fique congelado por 12 longos meses, esperando o reajuste anual da data-base.

Na prática, isso significa uma redução de salário disfarçada. Se o preço da Cesta Básica sobe em fevereiro, março e abril, o contracheque do trabalhador compra cada vez menos. Todo mês em que o salário não acompanha a inflação, o dinheiro sai do bolso de quem produz a riqueza e vai direto para o cofre do capitalista.

Os dados mostram a necessidade de a classe operária resgatar

uma de suas bandeiras históricas: a Escala Móvel de Salários. A lógica é simples e justa: se o custo de vida aumenta a cada mês, os salários devem aumentar junto. Se a inflação subir 5% no mês, o salário de todos os trabalhadores deve subir os mesmos 5% imediatamente.

Essa não é uma conquista que os patrões vão entregar amanhã em uma mesa de negociação. O ajuste automático dos salários bate de frente com os lucros bilionários das empresas. Por isso, a Escala Móvel de Salários é uma bandeira que prepara os trabalhadores para enfrentar a raiz do problema. Ela mostra que não é possível aceitar a rotina de esperar o ano inteiro para receber um reajuste que já nasce corroído pela inflação.

A defesa de um salário digno exige que a classe operária tome essa demanda para si. Cabe aos trabalhadores exigirem que os sindicatos rompam com a passividade das campanhas salariais de rotina e organizem a mobilização em cada fábrica e local de trabalho.

Quem produz a riqueza não pode pagar pela crise! Se os preços sobem, os salários têm de subir junto! Pela organização dos explorados para impor a Escala Móvel de Salários!

O exemplo que vem da Wheaton

Nenhuma gota de suor de graça para os patrões!

Na fábrica da Wheaton, gigante do setor vidreiro, a direção da empresa tentou aplicar um golpe velho e perverso contra a classe operária: a imposição do Banco de Horas. A ideia do patrão era simples: fazer o operário trabalhar até a exaustão quando a fábrica precisasse e, em vez de pagar as horas extras, permitir "folgas" de acordo com seus próprios critérios.

Na prática, o banco de horas é um roubo. É o sistema capitalista tentando jogar a conta das suas crises nas costas de quem realmente produz riqueza. O patrão quer garantir seus lucros milionários sugando o tempo livre e o trabalho não pago dos operários.

Mas os trabalhadores da Wheaton mostraram como se responde a esse tipo de ataque. Eles não caíram na armadilha dos chamados "acordos individuais", que servem apenas para dividir a fábrica e enfraquecer o operário diante da chefia. O Sindicato dos Vidreiros, impulsionado pela força da base, chamou a assembleia na porta da fábrica. E foi lá, de forma coletiva, que a classe operária deu o seu recado: um gigantesco "NÃO" ao banco de horas! Com a mobilização no chão de fábrica, obrigaram a empresa a recuar.

Esse exemplo não serve apenas para a categoria do vidro. Ele serve para os trabalhadores de todas as fábricas, de todos os ra-

mos. Os donos do capital agem da mesma forma em qualquer lugar. Se eles conseguirem impor a perda de direitos e o roubo das horas extras em uma fábrica hoje, tentarão fazer o mesmo nas demais fábricas amanhã.

A classe operária só pode confiar em suas próprias forças. Não se pode esperar nada da bondade dos patrões ou de falsas promessas de governos. A verdadeira força está na base. Um sindicato só tem poder de fogo quando se apoia nas assembleias, nas greves e na decisão democrática dos trabalhadores no chão de fábrica, e não em acordos feitos a portas fechadas, ou seja, cabe aos trabalhadores das bases combater a burocratização de seus sindicatos.

Apenas a união e o contrato coletivo protegem o trabalhador contra as chantagens das empresas. A exploração que acontece em uma fábrica é a mesma que sustenta todo esse sistema de desigualdade. Por isso, a resistência também precisa ser de toda a classe. Que a firmeza dos trabalhadores da Wheaton sirva de faísca e inspire operárias e operários de todo o país! Onde o patrão tenta roubar nossos direitos ou nossas horas de vida, deve levantar uma muralha de trabalhadores unidos e prontos para a luta.

Lições do retorno pós-greve: a natureza coletiva do trabalho

Após 142 dias de greve, os trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFABC retornaram ao trabalho em 20 de julho de 2026, sob um contexto de mudança de gestão da universidade. A nova reitoria (que assumiu durante o movimento grevista, um mês e meio antes do encerramento da greve nacional) propôs um plano para repor o trabalho represado. Diante disso, a orientação sindical sobre o plano de retomada das atividades trouxe à tona um debate fundamental e muitas vezes ofuscado pela lógica produtivista: a essência coletiva do trabalho.

Sob o capitalismo, há um esforço constante das chefias e dos patrões para individualizar tanto o mérito quanto a culpa. Tenta-se isolar o trabalhador, medindo seu valor exclusivamente por métricas individuais de desempenho ou pelo cumprimento rígido da carga horária. No entanto, a orientação sobre o preenchimento do plano de reposição apontou para o sentido inverso: o passivo gerado no período de greve pertence à unidade. A regularização é uma responsabilidade das equipes como um todo, e não exclusivamente daqueles que exerceram seu legítimo direito à paralisação das atividades laborais.

O trabalho é, fundamentalmente, social e coletivo. Nenhuma atividade dentro de uma universidade, de uma instituição pública ou de uma fábrica é realizada no vácuo. O fluxo dos processos, o atendimento, a manutenção e a administração dependem de uma engrenagem de esforços combinados. Portanto, quando o trabalho se acumula, não se trata do "débito" de um indivíduo isolado, mas de um passivo de todo o setor e da instituição.

Tentar identificar em um plano de trabalho quem "aderiu ou não" à greve não é apenas um desvio administrativo, mas uma tática política patronal de fragmentação e assédio. Dividir a equipe entre grevistas (que supostamente deveriam "pagar" pelo atraso) e não-grevistas destrói a solidariedade de classe. A greve é o principal instrumento coletivo de luta por melhorias que beneficiarão a todos; logo, a reorganização do ambiente pós-greve também deve ser assumida coletivamente.

A conquista de uma reposição "qualitativa", focada em resultados e na regularização de fluxos, sem a imposição de prazos impossíveis, atinge em cheio a lógica de que o trabalhador vende um tempo mecânico de sua vida que deve ser "devolvido" minuto a minuto. Planejar a retomada através do diálogo constante entre equipe e gestão resgata a dignidade operária, reconhecendo a capacidade de auto-organização da base e barrando o uso do passivo como pretexto para o assédio moral e a sobrecarga.

Nesse sentido, práticas como o Programa de Gestão de Desempenho (PGD) revelam seu caráter alienante e antissindical, pois reforçam a mentalidade do "cada um faz o seu". O trabalhador passa a não reconhecer no produto final o seu próprio esforço, tampouco o de seus colegas, enxergando apenas a competição pelo alcance de metas e a manutenção de privilégios individuais. Além disso, ao empurrar o trabalhador para o isolamento, essas políticas abrem espaço para que o assédio ocorra sem testemunhas e sem possibilidade de defesa solidária.

O trabalho que sustenta a sociedade, seja nos departamentos de uma universidade ou nas linhas de produção industriais, é erigido por muitas mãos. Diante das pressões institucionais e patronais, a maior proteção dos explorados não está na conciliação ou no isolamento, mas na consciência de que as classes exploradas formam um corpo coletivo e único.

A experiência dessa greve demonstra que os trabalhadores só podem avançar quando se organizam de forma independente, rejeitando as divisões impostas de cima para baixo. Contra as metas abusivas e a individualização, a resposta necessária é a solidariedade ativa e a criação de comissões de base, apontando para um programa onde aqueles que produzem toda a riqueza e o conhecimento assumam, de fato, o controle sobre os rumos do seu próprio trabalho e da sociedade.

Encontro da CPE-FASUBRA faz avaliação da greve e inicia preparação para o XXV ConFASUBRA

Realizado no dia 30/07/26, o Encontro da Corrente Proletária (CPE) da base da FASUBRA contou com trabalhadores técnico-administrativos do SinTUFABC, SINTEST/RN, SINTEF-UFMG e SINDIEDUTEC. Após a apresentação dos presentes e da proposta de dinâmica para o Encontro, houve uma exposição dos marcos políticos da recente greve nacional da categoria técnico-administrativa da educação federal pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve de 2024.

Durante a discussão, ressaltou-se que a greve durou 142 dias envolvendo mais de 50 Instituições Federais de Ensino (IFEs) pelo país, e demonstrou ao governo que acordo é para ser cumprido. Uma das principais conquistas do movimento foi a organização independente da categoria que, mesmo diante de estruturas e direções burocráticas e corporativistas, conseguiu deflagrar a greve, articular ações diretas, como trancações e atos unificados, e arrancar algumas conquistas.

O oportunismo das burocracias sindicais foi tamanho que a atual Direção Nacional (DN) da FASUBRA chegou a usar a greve como “caso fortuito” para prorrogar o seu mandato e o Congresso Nacional da Federação, sendo que a DN teve uma postura completamente protelatória em relação à preparação da greve e do ConFASUBRA e o papel de uma direção eleita deveria ser de organizar a luta pelas reivindicações.

As direções colaboracionistas atuaram na greve para controlá-la e desmobilizá-la, burocratizando os espaços de auto-organização, dificultando o credenciamento e a participação dos trabalhadores, emitindo consultas confusas e promovendo uma greve passiva, restrita à paralisação das atividades laborais, mas sem assembleias massivas, piquetes e marchas de rua. Os lutadores independentes enfrentaram diretamente a truculência de burocratas sindicais e personagens folclóricos, expoentes da política de conciliação de classes, que agiram de forma insana, inclusive xingando os lutadores de lava-jatista, lumpens etc. Ressaltou-se que a greve é um método próprio da classe operária, que a pequena-burgue-

sia recorre de forma limitada, principalmente em um momento de profunda regressão política, organizativa e ideológica no movimento operário. Distintamente das categorias diretamente vinculadas ao circuito de produção e circulação do capital, as massas trabalhadoras do setor público são basicamente um custo para o Estado capitalista, de maneira que é imprescindível que as greves rompam com o corporativismo, unindo o baixo funcionalismo e buscando a unidade com os demais explorados e, em particular, com a classe operária.

Aí está o desafio, pois os sindicatos são tolerados pelos Estados e pelos capitalistas à medida que operam em uma lógica corporativa de negociação do valor da força de trabalho. Por isso, as direções reformistas e pró-capitalistas cumprem um papel nefasto, adaptando-se e alimentando ilusões na democracia burguesa, traindo as massas, e ocultando a política revolucionária do proletariado. A greve evidenciou que, por vezes, setores mais pauperizados acabam sendo cooptados pelas direções burocráticas, em função de interesses materiais oportunistas.

Colocou-se, portanto, a importância de aprofundar a compreensão sobre o processo de burocratização das organizações de massas, a fim de assimilar os seus diversos aspectos. Foi destacado que a FASUBRA possui reserva de organização independente e combativa, o que ajuda na disputa hercúlea para retomar os sindicatos para a luta de classes, o que passa por recuperar a tradição de organização independente, pela base e revolucionária.

Diante da impotência da política de conciliação se classes e da necessidade de construir um polo classista, democrático e revolucionário, decidiu-se iniciar o processo de preparação para o XXV ConFASUBRA, previsto para ocorrer em maio de 2027, mantendo os encontros regulares da CPE-FASUBRA e realizando estudos e formulações coletivas sobre a resposta operária à barbárie capitalista. O próximo Encontro da CPE-FASUBRA ficou agendado para o dia 26 de agosto, às 18h.

São Paulo

Protesto contra morte de Abdoulaye Dieng mostra instinto de revolta, precariedade das creches privatizadas e freio das direções políticas

No dia 27 de julho, ocorreu no Brás um protesto contra a morte de Abdoulaye Dieng, uma criança de apenas 1 ano e 4 meses, filho de imigrantes senegaleses, em uma creche conveniada da prefeitura de São Paulo. A manifestação que contou com pouco menos de uma centena de pessoas, em sua maioria de imigrantes, fechou a rua em frente à creche e teve como palavra de ordem central a exigência de “justiça”, além de diversas pessoas com uma camiseta escrita “justiça para Abdoulaye Dieng”. De um lado, mostrou o instinto de revolta da população imigrante, que vive em condições precárias na região central da capital, e, de outro, o freio das direções políticas ligadas ao reformismo petista.

Nota-se que os sindicatos não estiveram presentes na manifestação, em especial aqueles ligados às escolas municipais, como o SINPEEM. As correntes de esquerda compareceram com uma pequena representação. O PSOL levou representantes parlamentares, como Silvia Ferraro (da bancada feminista) e Mônica Seixas

(do “movimento pretas”), única que teve possibilidade de fazer uma fala para além do jogral feito pela direção da União Africana Alkeebulan e OnG pan-africanista, que convocou o ato.

A manifestação não possuiu nem mesmo uma caixa de som e se limitou a marchar no quarteirão da creche, portanto, serviu de denúncia apenas à imprensa e aos moradores e trabalhadores locais.

No manifesto distribuído e assinado por algumas dezenas de movimentos, sindicatos e correntes políticas, se denuncia a precarização das privatizações das creches. Porém, no ato prevaleceu a palavra de ordem de “justiça”, sem, contudo, apontar para a continuidade do movimento. Ficou evidente a contradição entre a revolta dos manifestantes e o freio da direção quando um manifestante bateu com a mão no portão da creche para agitar os manifestantes e um membro da direção correu imediatamente para contê-lo e manter a manifestação pacífica.

Isso quando é preciso projetar a luta contra o processo de privatização geral, que serve de meio de enriquecimento de uma parcela de politiquieiros e capitalistas e de destruição dos serviços públicos, a exemplo dos trens da CPTM que pegaram fogo no dia seguinte à morte de Abdoulaye, três dias após a empresa privada assumir.

O POR esteve presente no ato com sua bandeira e Manifesto. Houve uma boa recepção de nosso material pelos manifestantes. O POR foi o único partido a erguer sua bandeira na manifestação, mesmo não sendo o único partido presente. Seu manifesto foi sua voz, uma voz dissonante principalmente com o conteúdo da principal faixa da manifestação que estampava, além do pedido de justiça por Abdoulaye, que “a única proteção contra a injustiça dos brancos é o poder preto”, ou seja, uma política identitária completamente avessa à luta de classes, que divide os explorados e, portanto, fortalece a burguesia.

Reproduzimos abaixo o Manifesto do POR.

A morte de Abdoulaye Dieng é de responsabilidade da Prefeitura de SP

Abdoulaye Dieng, de 1 ano e 4 meses, filho de senegaleses e nascido no Brasil, morreu na quarta-feira, 22 de julho, no interior do Centro de Educação Infantil (CEI) Luz do Brás, uma creche conveniada – ou seja, uma entidade privada, credenciada pela Prefeitura. O bebê estava em uma sala multiuso com outras crianças, quando se deitou no chão e colocou a cabeça no vão entre a barra metálica que protege um espelho e a parede. Ficou cerca de 6 minutos preso antes de ser socorrido. Foi levado para uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), mas não resistiu. O caso foi registrado como homicídio culposo. O boletim de ocorrência relaciona cinco profissionais da creche entre os investigados, incluindo coordenadoras, diretora e pedagogas.

A tendência é de que a Prefeitura e a Justiça burguesa procurem responsabilidades individuais. Tentarão a todo custo isolar o caso e achar um bode expiatório, tudo para ocultar as raízes mais profundas dessa tragédia. Não querem que venha à tona o quadro generalizado de precarização que assola as unidades escolares da cidade – também do estado de SP e Brasil afora. Não querem que a população fique ciente do grau de precariedade das conveniadas, que é muito maior do que o da rede direta. Não querem saber de questionamentos em relação à falta de funcionários, ao elevado número de crianças por docente, à inadequação dos espaços de atendimento às crianças e adolescentes, enfim, não querem que a responsabilidade da própria Prefeitura e demais órgãos seja identificada.

Está sendo preparada uma farsa de investigação, que irá ocultar o essencial: o esquema de enriquecimento de um punhado de capitalistas, que exploram o atendimento educacional para extrair os seus lucros. Não por acaso: sabe-se que o próprio prefeito possui um vínculo com a chamada “máfia das creches”. Em novembro de 2024, a Justiça Federal autorizou a abertura de inquérito específico para apurar as conexões de Nunes com empresas suspeitas de envolvimento no esquema. Sem dúvida, existiram relações financeiras e políticas documentadas com pessoas, empresas e entidades investigadas, consideradas suficientemente suspeitas pela PF e pela Justiça para justificar uma investigação específica, embora posteriormente arquivada.

A quebra de sigilo bancário identificou cerca de R\$ 31 mil em ao menos três operações entre uma empresa investigada no esquema, Ricardo Nunes e uma empresa de sua família. Duas transferências ocorreram em 2018, quando ele ainda era vereador. A Polícia Federal apontou como suspeita a relação do então vereador com a empresária Francisca Jacqueline Oliveira Braz Eireli, que



movimentou cerca de R\$ 162,9 milhões no período investigado. A PF também identificou relações entre essa empresa e a Acria, organização social que recebeu quase R\$ 49,9 milhões em repasses da Prefeitura. A presidência da Acria era ocupada por uma funcionária de uma empresa fundada por Nunes, a Nikkey, que tinha integrantes da família do então vereador em seu quadro administrativo.

Trazer à tona esse histórico é fundamental para compreender o quadro em que se dá a suposta investigação sobre a morte de Abdoulaye Dieng. A família, seus amigos e toda a comunidade senegalesa devem estar cientes desses dados. A Secretaria Municipal de Educação (SME) informou que poderá abrir um procedimento de descredenciamento da organização responsável pelo CEI Luz do Brás. Isto é, tudo se encaminha para uma “solução” que se limitará ao descredenciamento e à responsabilização administrativa e criminal de um ou mais trabalhadores da unidade. E assim, permanecerão intactos os fatores que levaram ao falecimento do bebê, favorecendo a repetição de tragédias como essa em outras unidades.

A Corrente Proletária na Educação, que é a corrente sindical do Partido Operário Revolucionário, se coloca contra a farsa que vem sendo montada. É necessário que as entidades ligadas à comunidade senegalesa, assim como os sindicatos, centrais e movimentos sociais se mobilizem para exigir Justiça, realizando os atos de rua e assembleias conjuntas. É preciso levantar bem alto a bandeira de expropriação de toda a rede privada de ensino, sob o controle dos trabalhadores, estudantes e seus familiares. Exigir justiça por Abdoulaye Dieng deve significar que nenhuma morte mais aconteça por conta da precarização dos serviços públicos. E só há um meio de frear a ofensiva privatizante, que vem associada ao crescimento da terceirização: somente com a luta coletiva, com o método da ação direta, no campo da independência de classe.

Tem especial importância o papel jogado pelos sindicatos ligados diretamente à Educação, principalmente o SINPEEM, pois o caso específico se deu numa unidade da rede municipal. Nesse momento, é urgente uma campanha contra a privatização (Nunes acaba de anunciar a entrega da gestão de três escolas à iniciativa privada), contra a terceirização e contra a precarização, fazendo a ligação entre essas bandeiras e as reivindicações mais sentidas pela categoria e pela população, a exemplo da contratação de mais professores e funcionários efetivos, com estabilidade para todos; diminuição da quantidade de estudantes por docente; adequação dos espaços, atendendo a todas as demandas de segurança e de aperfeiçoamento segundo as necessidades pedagógicas; em síntese, preciso fazer a ponte entre as exigências mais concretas e aquelas questões de maior abrangência.

A dor e a indignação pelo lamentável acontecimento devem se converter em combustível para a organização coletiva em defesa das crianças e adolescentes, filhos dos trabalhadores, e em defesa da educação e dos serviços públicos. A responsabilidade da morte de Abdoulaye Dieng é da Prefeitura de SP! Basta de tanta precarização! Pelo fim dos convênios, em defesa da rede direta!

Rondônia

Carta aberta aos filiados do SINTERO

A Corrente Proletária na Educação (CPE), orientada pelo Partido Operário Revolucionário (POR), vem através desta carta, fazer um alerta sobre a preservação do papel para o qual o sindicato foi criado. Sua ação se materializa nas decisões aprovadas pelas assembleias massivas de sua base sindical. Um de seus princípios básicos diz respeito à preservação da democracia sindical e a linha política classista, voltada à defesa das reivindicações vitais, portanto dos interesses gerais dos trabalhadores da educação. No entanto, tem chamado a atenção de uma parcela de trabalhadores da educação a atitude e as posições políticas da direção do Sintero, que violam sobretudo a democracia sindical. Tais ações não são recentes, mas vêm se agravando nos últimos anos.

Os sindicatos emergiram no seio da luta de classes, com o ascenso da classe operária, resultante do advento da grande indústria. Trata-se de um instrumento criado pelos trabalhadores para organizar a resistência contra a superexploração do trabalho, portanto, para combater a opressão capitalista em todos os ramos de produção e demais frentes de trabalho. Hoje, grande parte dos sindicatos se encontra burocratizado, ou seja, controlado por direções sindicais pró-capitalistas. Assim, essas direções se converteram em burocratas aristocratizados, que usam os sindicatos para seus próprios interesses.

Cada vez mais, os burocratas sindicais se transformam em porta-vozes da política do Estado burguês. Portanto, agem em contradição ao objetivo para o qual foi criado o sindicato, que é o de defender o trabalhador da opressão de classe.

No caso do Sintero, a sua direção há muito vem aplicando a política de conciliação de classe, oposta à política dos trabalhadores, que é a ação direta coletiva. Chegou ao ponto de em uma assembleia estadual esvaziada, no início de 2026, com pauta específica, incluir a votação da desfiliação de um professor e uma professora da entidade, sob a justificativa de queixas de terceiros quanto ao comportamento avaliado como “inadequados” no uso das dependências da sede social da entidade. Além de contrariar o estatuto, o papel do sindicato, como expusemos acima, é o a defesa contra a superexploração por parte do patronato, que em nosso

caso são os governantes. A expulsão (desfiliação) só pode ser por falta grave, que se choca com o objetivo do sindicato. Ao contrário da desfiliação, uma direção sindical classista trabalha para educar politicamente sua base, corrigindo toda sorte de conduta que não conduz com a defesa do sindicato. No que diz respeito ao zelo pelas instalações da entidade, que o estatuto aponta como obrigação do filiado, não houve denúncias quanto à depredação. Mesmo que houvesse, uma medida educativa era a de explicar e corrigir o erro dos filiados pelo mal uso da sede social, que é um patrimônio de todos os filiados.

Outro caso recente, que também fere a democracia sindical, foi o da recusa de filiação de duas professoras, por parte Sintero. São professoras que fizeram parte do movimento espontâneo contra os descontos abusivos nos salários, devido ao acordo feito entre o prefeito e a direção do Sintero, referente aos retroativos do piso do magistério do município de Porto Velho do ano de 2025. Para exercer o direito de o trabalhador se filiar ao sindicato de sua categoria, as professoras precisaram recorrer ao “Tribunal do Trabalho” para garantir a filiação. Uma já recebeu parecer favorável à filiação, porém, a outra, a filiação foi indeferida.

As ações da diretoria de recusa de duas filiações e a votação de desfiliação em assembleia entram em contradição com o papel do sindicato, que é de defender os trabalhadores e organizá-los para a luta coletiva em defesa das reivindicações vitais, entre elas, os salários, empregos e direitos.

A CPE rechaça as ações absurdas dos dirigentes do sindicato. Defende o ingresso dos trabalhadores da educação nas fileiras do Sintero. Se coloca contra a desfiliação. Somente uma assembleia, amplamente convocada, sobre a base de provas concretas, pode julgar a conduta de um filiado do sindicato. Em vez de punir os filiados, uma direção sindical classista e de luta tem como tarefa educar politicamente para a luta contra as medidas autoritárias dos governantes. Nossa tarefa deve fortalecer o Sintero e trabalhar para ganhar a direção desse sindicato para recuperá-lo para a luta direta em defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores da educação.

Rondônia

Os trabalhadores de educação do município de porto velho em assembleia massiva arrastam as burocracias dos três sindicatos para aceitar a deflagração da greve!

Aconteceu a assembleia dos trabalhadores de educação do município de Porto Velho no dia 30/07, como ficou deliberado na assembleia do dia 23/06. Já se havia decidido no dia 30 que, sem a resposta do prefeito, principalmente referente as reivindicações do piso, os trabalhadores da educação entrariam em greve, não dando início ao semestre.

A presidente do Sintero inicia fala dizendo que na assembleia do dia 23 não tinha sido aprovado indicativo greve e que a assembleia atual não era deliberativa, mas sim informativa. O fato é que desde do dia 23/06 foi realizada uma boa mobilização da qual a militância da Corrente Proletária da Educação participou, juntamente com os demais trabalhadores da educação insatisfeitos com o prefeito e com a burocracia conciliadora do sindicato.

Os trabalhadores compareceram massivamente na assembleia para não deixar as burocracias manobram os encaminhamentos.

Interromperam a falação da presidente, que são longas para cansar a base. Mas desta vez foram vencidos pelo descontentamento dos trabalhadores que aos gritos repetiram: queremos greve, queremos greve... Ou nossas reivindicações, ou greve já!

Sob pressão da assembleia combativa, a presidente recuou e chamou os advogados das entidades para tentar acalmar a base e fazer que recuassem quanto à necessidade da greve para pressionar o prefeito Léo Moraes. As explicações dos advogados quanto a ilegalidade da greve e sobre questões de multas foram em vão, pois a plenária se manteve firme e impôs os encaminhamentos da greve contra vontade das direções traidoras, que conciliam com os nossos algozes.

Por fim, a resposta coletiva da base foi: “vamos à greve e deixa a justiça agir. Estamos dispostos a tudo ou nada”. Mas, enfim, para o dia 06/08, foi marcada a assembleia para o planejamento da greve.

A militância da Corrente Proletária da Educação (CPE), orientada pelo Partido Operário Revolucionário (POR), interveio na mobilização com a banca de material, boletins específicos e uma Carta Aberta e falas na assembleia, defendendo os trabalhadores da educação, perseguidos pela burocracia do sindicato. Nas nossas mobilizações dissemos: Para arrancar as reivindicações defendidas por todos nós trabalhadores em educação, somente através das ações diretas!

Greve por tempo indeterminado até o prefeito nos atender!

E chamamos os companheiros e companheiras à assembleia do dia 30 de julho para decidir sobre o indicativo de greve, em função do não cumprimento da nossa pauta de reivindicações do ano de 2026, pelo prefeito Leo Moraes/Podemos.

Mostramos, nesse percurso, que os sindicatos convocaram a categoria para assistir a uma sessão na câmara de vereadores com a finalidade de aprovar diversos projetos, inclusive um sobre a educação, o qual já tinha sido rejeitado pela base, na assembleia do dia 23. Porém, a resposta do prefeito em torno das reivindicações dizia respeito apenas à oferta de R\$ 100,00 para os técnicos educacionais e a implantação do piso na carreira para os professores só a partir de outubro e sem o retroativo de janeiro a setembro. Essa resposta, mesmo rejeitada pelos trabalhadores em educação, foi encaminhada para ser votada em seção na Câmara Municipal, sem emenda de alteração que beneficiasse a categoria.

Alertamos os companheiros e as companheiras, perguntando: para que serve o parlamento? Quem os parlamentares defendem? Qual é a classe social que eles defendem efetivamente? Embora a Câmara Municipal de Porto Velho tenha em sua bancada a presidente do maior sindicato do município, a burocrata sequer fez a defesa contra o ataque aos salários dos trabalhadores, que foram os mais prejudicados.

Mostramos ainda que a votação dos politiquinhos, que sempre se aproveitaram desse teatro de embromadores, se constituiu numa afronta aos direitos conquistados duramente pelos trabalhadores organizados coletivamente através das lutas e à inteligência de cada um para compreender quando estão sendo embromados. Portanto, o projeto apresentado na assembleia para a base foi transformado em um espetáculo no parlamento municipal para os catadores de voto se aproveitar.

Por fim também advertimos que nossa decisão coletiva na assembleia teria que ser firme e não deixarmos os outros decidirem

por nós. Dissemos que não devíamos recuar e nem aceitar nenhuma manobra e que só arrancaríamos nossas reivindicações com a decisão conjunta de cruzar os braços e fecharmos todas as escolas.

No dia 23/06 aconteceu uma assembleia dos trabalhadores em educação do município de Porto Velho, convocada por três sindicatos que aglutinam todos os servidores da educação municipal para deliberar sobre a pauta de reivindicações da categoria não respondida pelo prefeito. Assim, a militância da CPE, conclamou todos os trabalhadores da educação para de punhos erguidos dizerem: ou nossos direitos, ou greve por tempo indeterminado para derrotar a proposta de saque dos nossos salários.

Até apontamos para a credibilidade dos trabalhadores da educação que mostraram a disposição de ir à greve, contra a vontade das burocracias das três entidades: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia (Sinprof/RO) e o Sindicato dos Servidores do Município de Porto Velho (Sindepref). Por isso, dissemos na mobilização: certamente as três entidades devem ter mobilizado a base sindical para comparecer massivamente a esta assembleia, sendo nosso objetivo o de fortalecer os encaminhamentos para os trabalhadores em educação reafirmar e construir a greve a partir da data seguida pela proposta protelada no dia 23/06, para hoje, dia 30/07 e iniciar a greve agora, no segundo semestre.

A assembleia foi concluída com as propostas decididas pela base presente e chamamento para a construção da greve com a agitação: Atendimento imediatamente para o pagamento do piso na carreira na folha de agosto e todos os retroativos pendentes! De punhos erguidos, votemos pela greve em defesa das nossas reivindicações!

Como resultado das mobilizações e do decorrer da assembleia com greve deflagrada, ficou a seguinte pauta de luta na construção da greve, exigir do prefeito Léo Moraes: 1- Pagamento do piso na carreira no mês de agosto; 2- Data para pagamento dos retroativos do piso: janeiro a setembro de 2026; janeiro a novembro de 2024 (9.16%); janeiro a dezembro de 2023 (12.95%) e de janeiro a dezembro de 2020 (12,84); 3- Aumento para os técnicos no mesmo percentual do piso magistério; 4- Aumento do percentual de docência de 11% para 20%; 5- Aumento do auxílio alimentação para o valor de R\$ 1.300,00 e; 6- Pagamento imediato dos resíduos de hora extra e fim dos resíduos.

São Paulo

Direção do SINPEEM inviabiliza o debate de balanço da greve na reunião de REs e propõe uma frente contra a privatização no Conselho

Nos dias 24 e 29/7 ocorreram, respectivamente, as reuniões de Representantes de Escola (REs) e do Conselho Geral do SINPEEM. Na primeira, a direção do sindicato iniciou os trabalhos informando que haveria uma palestra com dois acadêmicos sobre as plataformas digitais na Educação. A questão foi suscitada pelo anúncio da Prefeitura de SP quanto à introdução da plataforma Elefante Letrado, cuja contratação teria sido “doada” pelo governo estadual, do aliado de Nunes, o ultradireitista Tarcísio de Freitas.

Assim, o debate sobre um tema importante foi usado para evitar que os REs fizessem o devido balanço da última greve. Em outras palavras, a direção majoritária se utilizou de uma manobra, tendo em vista a necessidade de evitar as críticas quanto à condução do movimento de paralisação, que durou 24 dias. A oposição pressionou pela realização do balanço, pois a avaliação crítica dos erros e acertos deveria ser condição para a formulação da linha política no próximo período. É o que manda o ABC da luta político-sindical.

De fato, a plataforma tem crescido no ensino público em todo o país. Os governos justificam a escolha através de um discurso de “modernização”, segundo o qual as ferramentas tecnológicas serviriam para impulsionar o aprendizado. Nada mais falso. Na verdade, trata-se de um mecanismo de transferência de verbas públicas milionárias para as mãos dos capitalistas da Educação, em particular às chamadas Big Techs (Meta, Google, Microsoft etc.). O uso dessas plataformas só tem levado ao aumento do controle sobre o trabalho docente, acompanhado pelas avaliações de desempenho punitivas, com a determinação de metas absurdas.

Vale mencionar, nesse sentido, a experiência da rede estadual paulista. As aulas presenciais são substituídas pela realização das tarefas nas inúmeras plataformas implantadas na rede. Mais do que isso: recentemente, o governo indicou, por meio do Comunicado COMOB/DMOB nº 40, de 27 de julho de 2026, que passará a contabilizar não somente a realização das atividades no Tarefas SP, como também as notas dos estudantes nessas atividades na

avaliação de desempenho (conhecida pelos “faróis”). O que é um absurdo, pois transforma uma questão pedagógica (realização ou não das atividades pelos jovens) em uma questão administrativa.

O recado é claro: se o estudante não acerta os exercícios, é porque o docente não fez o seu trabalho direito, logo, deve ser punido por isso. Desconsidera-se, desse modo, que o aprendizado é resultado da combinação de vários fatores. O governo procura se eximir de suas responsabilidades, omitindo as péssimas condições que oferece ao desenvolvimento do ensino. Ignora a falta de estrutura (equipamentos, internet etc.), ignora a quantidade de jovens por sala, ignora as condições socioeconômicas das famílias, entre outros fatores.

Fica evidente o lobby do setor privado para apresentar resultados “na marra”, para justificar a compra das plataformas e para fornecer números maquiados na propaganda eleitoral. Usa o linguajar empresarial para passar uma imagem de “gestor”, supostamente preocupado com a “qualidade” da educação, quando, na verdade, instrumentaliza as políticas públicas para favorecer os empresários e para fortalecer o autoritarismo, condição para impor seus planos de precarização e privatização.

É essa a linha que Nunes traz da rede estadual para a municipal. O que coloca o a urgência da unidade entre os trabalhadores das duas redes. Ao mesmo tempo, gera mais indignação um tema de tamanha importância ser utilizado como instrumento para calar a oposição, para evitar o debate de balanço da greve.

Observando a manobra, uma camarada da oposição pediu uma questão de ordem e propôs que fosse acrescentado à pauta o balanço da greve. O presidente, Cláudio Fonseca/PCdoB, ignorou completamente a solicitação e chamou os convidados para iniciar a palestra. Terminadas as falas dos dois acadêmicos, propôs o encerramento da reunião, uma ação truculenta e absolutamente inadmissível.

Os militantes de várias correntes opositoras, que estavam esperando para falar, iniciaram espontaneamente um protesto contra o monopólio do microfone. A reação da direção burocrática foi novamente a truculência, inviabilizando a reunião proposta pela oposição ao colocar uma música no último volume, incentivando o esvaziamento do local e exigindo de alguns funcionários do sindicato que gravassem as falas do protesto, claramente para fins de intimidação.

Na reunião do Conselho Geral, que é uma instância mais restrita à vanguarda, com menor participação da base (por sinal, não

há eleição para o Conselho desde 2015), a direção burocrática não bloqueou totalmente o debate de balanço, como fez na reunião de REs, mas procurou desviar novamente a discussão, ao propor que as intervenções ao microfone se referissem à sua iniciativa de colocar em pé uma “frente de mobilização para barrar e derrotar a política de terceirizações e privatizações dos governos municipal e estadual” – proposta com a qual, em geral, todos tinham acordo.

A Corrente Proletária na Educação/POR apresentou apenas a ressalva de que essa frente não poderia deixar de se colocar contra as privatizações do governo federal também – bastou lembrar que, naquela semana, havia sido divulgada a privatização de mais um trecho da rodovia Régis Bittencourt pelo governo burguês de Lula e Alckmin. Além disso, a Corrente Proletária defendeu que a frente de ação não implicasse um mero instrumento eleitoral em favor da candidatura de Haddad/PT.

A Corrente Proletária defendeu que a frente contra as privatizações deveria tomar como ponto de partida a luta pelas reivindicações elementares, como emprego, salário e direitos, para unificar os sindicatos e movimentos, com a realização de um Dia Nacional de Luta, e com paralisações e atos massivos de rua. Mostrou que o caminho para avançar na defesa dos serviços públicos passa pelo método da ação direta. E colocou, por fim, que a frente, considerando que a raiz da ofensiva burguesa estava nos interesses do capital financeiro e das grandes potências, deveria assumir um caráter anti-imperialista, fazendo a ligação entre as reivindicações mais sentidas das massas e a defesa da soberania nacional. A Corrente Proletária não deixou de criticar a manobra que impediu a base de falar na reunião de REs, colocando que, para consolidar um movimento unitário, era fundamental o respeito ao princípio da democracia operária.

O presidente do sindicato finalizou a reunião após um breve comentário sobre as falas, e após submeter a proposta de trabalhar pela formação da frente à votação, tendo sido aprovada. O que cabe agora à vanguarda com consciência de classe é realizar a disputa política junto à base para evitar que a unidade de ação aprovada não se desvie para o governismo e para o eleitoralismo.

Escola de Quadros Internacional Guillermo Lora



A tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional



Estudo do Boletim do CERQUI - nº 43:

- | | |
|---|--|
| 1. A Declaração Política Constitutiva do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, p. 8 | 3. Necessidade Histórica do Partido Mundial, p. 23 |
| 2. Como Reconstruir a IV Internacional? p. 13 | 4. Tarefa Fundamental: Reconstrução da IV Internacional, p. 32 e O Trabalho Internacional nos fortalecerá, p. 35 |



9 de agosto de 2026 • 15h • São Paulo - SP
Solicite o endereço em nossas redes



@massas.por
pormassas.org

R\$5

A política da esquerda nacional-reformista se mostra incapaz de combater os partidos das oligarquias nos municípios

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Balanços regionais das eleições municipais publicados no Jornal MASSAS

**POR**
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**
JORNAL DE EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO

Nesta edição:**A crise mundial se aprofunda;****Palestina:** Ataques em Gaza e escalada na Cisjordânia;**Bolívia:** Fora o FMI da Bolívia!; Governo finaliza pacote de leis que reforçarão a submissão da Bolívia ao capital financeiro internacional; A “cúpula da mineração”, uma farsa “acertada” apenas entre empresários e cooperativistas; A política conciliatória do CTEUB preparou o terreno para o ataque do governo contra o magistério e a educação;**Argentina:** As Malvinas são Argentinas!; 250 anos após a Independência dos Estados Unidos; Os ingleses mais uma vez pisoteiam a soberania nacional; O Reino Unido consolida a exploração ilegal das Malvinas até 2047; Outra entrega da soberania: o projeto da “Lei de Terras” ou de “Inviolabilidade da Propriedade Privada”;**Socialismo Científico:** A Base do Estado.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

A crise mundial se aprofunda - da rebelião da juventude na Índia às guerras de dominação do imperialismo

O capitalismo em decomposição não tem nada a oferecer aos explorados e às nações oprimidas além de guerras, repressão e miséria. Os acontecimentos que se sucedem não são episódios isolados, mas expressões distintas de uma mesma crise mundial, que arrasta simultaneamente as potências imperialistas ao choque entre si e as massas oprimidas à revolta. O atual levante na Índia mostra a continuidade da insatisfação das massas oprimidas que se manifestou recentemente na Bolívia.

O chamado movimento “das baratas” (Cockroach Janta Party), fundado pelo ativista Abhijeet Dipke, transformou o escândalo do vazamento das provas do NEET-UG — o exame de acesso às faculdades de medicina, prestado em 3 de maio por cerca de dois milhões de jovens e depois anulado pelo governo — no estopim de uma revolta muito mais ampla contra o desemprego estrutural e contra o governo ultradireitista de Narendra Modi, hoje em seu terceiro mandato.

O cancelamento do exame já havia sido associado a uma dezena de suicídios de estudantes. Por mais de um mês, centenas de jovens acamparam em Jantar Mantar, um dos poucos espaços de Nova Délhi em que o Estado tolera protestos de massa, exigindo a renúncia do ministro da Educação, Dharmendra Pradhan, a libertação do ativista em greve de fome Sonam Wangchuk, hospitalizado, e uma indenização de dez milhões de rupias às famílias dos estudantes mortos. Em 20 de julho, o acampamento se converteu em marcha rumo ao Parlamento: o Estado indiano respondeu com o fechamento do metrô, a suspensão da internet móvel, bombas de gás lacrimogêneo e cacetadas, deixando cerca de 180 feridos. A violência estatal não foi capaz de fazer o movimento recuar. Por trás da revolta em torno ao problema educacional, está o desemprego que supera 15% entre os jovens graduados indianos (e é muito maior entre os sem escolaridade completa).

O problema na Índia não é isolado. O levante da juventude indiana expressa continuidade com outros levantes recentes puxados pela juventude, como na Indonésia, Filipinas, Nepal, Quênia etc. De conjunto, expressam a decomposição do capitalismo e sua impossibilidade de responder aos anseios daqueles que estão ingressando na vida social. Reflete assim o problema da miséria e do desemprego. Aqueles que conseguem uma formação, não conseguem emprego e não são capazes de sustentar suas famílias. Aos que não completam seus estudos, a situação é ainda pior, restando a informalidade e a marginalidade.

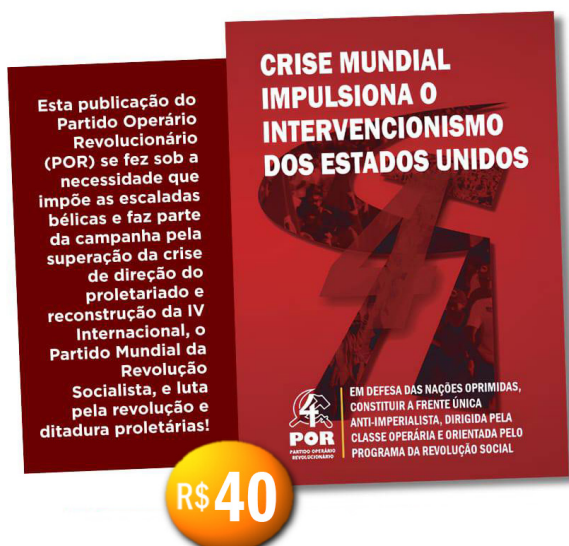
No Oriente Médio, Israel segue avançando sobre a Palestina e pisoteando o acordo de paz. Os Estados Unidos completam quase



duas semanas consecutivas de bombardeios ao Irã, incluindo um ataque à passagem de fronteira de Shalamchah, na divisa com o Iraque, que matou ao menos duas pessoas e feriu onze. O secretário de Estado Marco Rubio declarou que Teerã está “implorando por um acordo” e que “pagará um preço muito alto” pelas suas ações, ao mesmo tempo em que mediadores propõem um cessar-fogo de dez dias que Washington segue evitando aceitar formalmente. O Irã retaliou com mísseis e drones contra a Jordânia, o Bahrein e o Kuwait, e o tráfego marítimo no estreito de Ormuz despencou para poucos navios por dia. Como se pode ver, o plano de cessar-fogo fracassou miseravelmente.

Enquanto bombardeia o Oriente Médio, os EUA, através de Marco Rubio, realizaram nesta quinta-feira (23) uma curta reunião com Sergei Lavrov, da Rússia, que afirmou buscar “uma solução política” para a guerra na Ucrânia. A declaração acontece no momento em que as massas ucranianas têm saído às ruas para protestar contra Zelensky, ainda que o conteúdo de boa parte dos protestos seja em relação às mudanças na cúpula militar que o presidente ucraniano tem feito nas últimas semanas. Volodymyr Zelensky demitiu, na terça-feira, o comandante-chefe das Forças Armadas, general Oleksandr Syrskyi, depois de seis dias de protestos em Kiev, motivados pela destituição do então ministro da Defesa, Mykhailo Fedorov. De qualquer forma, desde o início da guerra em fevereiro de 2022, é a primeira vez que se veem diversos protestos na Ucrânia contra Zelensky.

Na América Latina, a crise se aprofunda seguindo o ritmo do restante do planeta. O assassinato do prefeito de Temoac, no estado mexicano de Morelos, Valentín Lavín Romero — morto a tiros



Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

dentro da própria prefeitura por dois homens armados que fugiram de moto, depois de já ter sobrevivido a um atentado em janeiro — é mais um capítulo da subordinação do governo mexicano, acuado, de um lado, pelos EUA e, de outro, pelo narcotráfico.

Cuba, por sua vez, permanece sob ameaça direta dos Estados Unidos, que utilizam o precedente aberto pela derrubada de Nicolás Maduro na Venezuela para reforçar o cerco econômico e o processo movido contra Raúl Castro e outros dirigentes cubanos. O estrangulamento de Cuba tem levado a tentativas de fuga em massa, e, para aqueles que ficam, a ampliação da dificuldade nas

suas condições de subsistência. A ajuda humanitária internacional é uma gota no oceano. E os movimentos de luta e resistência internacionais não têm passado do caráter simbólico.

O fator determinante na crise internacional segue sendo a guerra comercial dos EUA contra a China. As potências imperialistas não têm como encontrar um denominador comum, porque seus interesses são conflitantes, mas convergem contra a China e a ampliação de sua dominação econômica em diversas latitudes.

O governo de Taiwan anunciou que, durante os exercícios anuais de defesa civil em agosto, reduzirá deliberadamente a velocidade da internet móvel a cerca de 1% da capacidade normal em catorze cidades e municípios — cerca de 70% da população —, simulando cenários de bloqueio, ciberataque ou invasão chinesa. A medida indica a escalada da crise em torno aos minerais críticos, terras raras e tecnologia de ponta — que Taiwan, maior produtora mundial de semicondutores avançados, é peça central.

A ausência de uma resposta proletária internacional à crise mundial é o mais grave de toda a situação. As correntes de esquerda, de maneira geral, estão afundadas até o pescoço no democratismo burguês e na colaboração com as classes proprietárias. Mostram-se incapazes de uma resposta coletiva internacional, que poderia se iniciar pela constituição de uma frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é, em primeiro lugar, não transformar a crise internacional em um muro de lamentações, mas assimilar as experiências de luta da juventude e dos trabalhadores, superar seus erros e desvios, resgatar os métodos e os meios de luta históricos da classe operária e dos demais trabalhadores, para retomar o caminho luta de classes internacional, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, único caminho para superar a crise que afeta o conjunto dos explorados do planeta.

Ataques em Gaza e escalada na Cisjordânia

Estado sionista de Israel persiste no objetivo de anexar o que resta do território palestino

Passados os 1000 dias de genocídio na Palestina, realizado pelo Estado sionista de Israel, os ataques continuam, com especial escalada na Cisjordânia.

Em Gaza, os ataques israelenses persistem quase que diariamente, apesar do cessar-fogo nominal em vigor desde outubro de 2025. Nesta terça-feira (29/7), aviões israelenses atingiram a mesquita Al-Muttaqin, próxima a um prédio da YMCA na Cidade de Gaza, destruindo o local e tendas que abrigavam centenas de deslocados. Os vídeos da ação são impressionantes e mostram que Israel está disposto a ir até as últimas consequências na sua sãna colonialista para ocupar definitivamente a Faixa de Gaza. Um ataque separado no campo de refugiados de Nuseirat, contra um mercado movimentado, matou um palestino e feriu mais de 20. Dias antes, em 26/7, um ataque aéreo assassinou dois integrantes da segurança interna do Hamas, incluindo o coronel Wael Musa al-Ladawi. Em 17/7, ataques israelenses em diferentes pontos da Faixa liquidaram 14 palestinos, mais da metade deles durante um cortejo fúnebre atingido por drone.

Na Cisjordânia, a situação se agravou de forma mais aguda. O estopim foi o episódio de 24/7 na aldeia de Tal, a sudoeste de Nablus: colonos armados da colônia de Havat Gilad, com apoio de militares, mataram quatro palestinos da família Ramadan. No conflito, um jovem palestino tomou a arma de um colono (também oficial do Exército) e matou dois soldados israelenses, sendo fulminado imediatamente. Em resposta, Netanyahu ordenou uma



ofensiva militar ampliada: tropas realizaram batidas em massa em Jenin, Tulkarem, Ramallah e no sul da Cisjordânia, prenderam dezenas de palestinos (quase 50 só em Tal, com busca em 70 casas) e reforçaram o efetivo com mais cinco companhias. O ministro da Defesa, Israel Katz, determinou a expansão das operações contra grupos palestinos, com plano de ocupação permanente de mais um campo de refugiados, seguindo o modelo já aplicado em Jenin, Tulkarem e Nur Shams.

Paralelamente, colonos israelenses praticaram uma onda de ataques — pelo menos 30 episódios registrados num único fim

de semana pelo Exército israelense, incluindo o incêndio de duas mesquitas. Segundo a Autoridade Palestina, a semana de 20 a 26/7 somou 446 incursões militares na Cisjordânia (ante 315 na semana anterior) e 109 ataques de colonos (ante 94). Dados da Al Jazeera indicam 3.033 ataques de colonos entre janeiro de 2025 e junho de 2026 — média de 190 por mês em 2026, alta de 24% sobre 2025. Ao todo, ao menos 87 palestinos foram mortos na Cisjordânia neste ano, 21 deles por colonos.

De conjunto, esses dados indicam que existe um movimento oficial e oficioso de estender até a Cisjordânia as ações colonialistas praticadas em Gaza. Os colonos ilegais de Israel entendem que é a hora de avançar e conquistar mais territórios. Desgraçadamente, isso tudo acontece em meio a um recuo da resposta internacional, principalmente aquela que se deu através da luta de classes nos anos de 2023, 2024 e 2025, quando universidades foram ocupadas, greves em apoio à Palestina aconteceram, imensas manifestações multitudinárias em diversos países, inclusive nos imperialistas. Essas ações, somadas às ações no próprio campo de batalha atra-

vés do Hamas, do Hezbollah, do Hotis etc., ainda que limitadas, foram a resposta necessária aos massacres e ao genocídio. Hoje, não há resposta alguma. O que se deve principalmente ao recuo das direções pequeno-burguesas que sempre estiveram no comando das mobilizações.

É tarefa da vanguarda com consciência de classe pressionar os sindicatos, movimento e partidos para saírem da paralisia e retomar o apoio à Palestina. Levantar a bandeira da frente única anti-imperialista é o caminho para unificar os explorados em torno ao combate às ações sionistas e colonialistas de Israel, apoiadas pelos EUA e Europa.

A Frente Palestina São Paulo convocou manifestação para o dia 15 de agosto. É necessário agora colocar toda força nessa manifestação, cobrando principalmente que as centrais sindicais e grandes sindicatos coloquem seus aparatos e organizem suas bases para construir um ato massivo. As demais frentes de apoio à Palestina nos outros estados devem seguir esse caminho.

FORA O FMI DA BOLÍVIA!

O GOVERNO ANUNCIOU A REALIZAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DO FMI DE ATÉ 2,8 BILHÕES DE DÓLARES

(Consideravelmente menor do que os 5 bilhões que o governo esperava)

O Ministro da Economia, Espinoza, destaca que os primeiros desembolsos chegarão entre agosto e setembro

O que significa endividar o país com o FMI?

- Significa cair nas mãos do maior instrumento de financiamento usurário do imperialismo.
- Significa submeter o país às condições de reformas econômicas que o atrelam aos interesses de grandes corporações multinacionais, para apoderar-se do controle dos recursos naturais e saqueá-los em troca de rendas em condições leoninas.
- Significa submeter a política econômica aos interesses geopolíticos do imperialismo.
- Significa descarregar sobre o povo o peso do pagamento eterno de juros sobre uma dívida que se torna impagável.
- Significa aceitar as condições impostas pelo FMI de zero investimento público em empreendimentos produtivos de desenvolvimento e de caráter social.
- Significa que os recursos serão desatinados a impulsionar o investimento privado, preferencialmente estrangeiro.

CONTRA A OPRESSÃO IMPERIALISTA: TRABALHADORES E O POVO OPRIMIDO, DESCONHEÇAMOS ESSAS DÍVIDAS

Masas, capa, POR da Bolívia



No.2892
29/07/26
Edición digital



PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO
Sección Boliviana del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

¡FUERA EL FMI DE BOLIVIA!

EL GOBIERNO HA ANUNCIADO LA CONCRETIZACIÓN DE UN CRÉDITO DEL FMI POR HASTA 2.800 MILLONES DE DÓLARES.

(CONSIDERABLEMENTE MENOS DE LOS 5.000 MILLONES QUE ESPERABA EL GOBIERNO)

El ministro de Economía, Espinoza, señala que entre agosto y septiembre llegarían los primeros desembolsos.



¿QUE SIGNIFICA ENDEUDAR AL PAÍS CON EL FMI?

- Es caer en manos del mayor instrumento de financiamiento usurero del imperialismo.
- Significa someter al país a las condiciones de reformas económicas que lo encadenan a los intereses de las grandes empresas transnacionales para apoderarse del control de los recursos naturales para saquearlos a cambio de rentas en condiciones leoninas.
- Significa sometimiento político y económico a los intereses geopolíticos del imperialismo.

• Significa descargar sobre el pueblo el peso del pago eterno de los intereses de una deuda que se vuelve impagable porque las condiciones impuestas por el FMI aseguran ~~cero inversión pública~~ en emprendimientos productivos de desarrollo ni de carácter social, sino que esos recursos estén destinados a impulsar la inversión privada preferentemente extranjera.

CONTRA LA OPRESIÓN IMPERIALISTA: LOS TRABAJADORES Y EL PUEBLO OPRIMIDO DESCONOCEREMOS ESTAS DEUDAS

CON EL P.O.R. AL SOCIALISMO

Bolívia

Governo finaliza pacote de leis que reforçarão a submissão da Bolívia ao capital financeiro internacional

(Do jornal Masas boliviano nº 2891)

Rodrigo Paz se reuniu com as brigadas parlamentares para co-ordenar o tratamento e a aprovação, de “modo inadiável”, como eles dizem, das várias leis prometidas

NOVA LEI DOS HIDROCARBONETOS

O governo já preparou e está nas portas do parlamento o projeto de lei que contempla condições imbatíveis para que o capital estrangeiro invista na Bolívia. Nessa linha, o encontro Lula-Paz no Brasil teve como objetivo expandir e aumentar a presença da PETROBRAS na área produtiva de exploração e extração de gás e petróleo. Não é um “retorno” ao consórcio brasileiro, como falam, uma vez que está presente desde 2006, quando não houve nenhuma “nacionalização”, mas apenas uma renegociação de contratos com as multinacionais. Com os novos contratos desejados pelo governo, a empresa brasileira e aquelas que possam chegar à Bolívia se apropriarão da receita de hidrocarbonetos em aproximadamente 50. É o que anunciou o ministro do setor: 50/50%, na fórmula proposta pelo governo. Integra-se à Lei de Promoção do Investimento e Exploração de Hidrocarbonetos 767, vigente desde 2015. Assim, as multinacionais acabarão levando a maior parte do bolo. É um excelente negócio para as gigantescas empresas de energia do mundo, que vão sugar para seu benefício cada molécula de gás e gota de petróleo do território boliviano. A população pagará caro pelo fato de o MAS (Movimento ao Socialismo), entreguista e pró-multinacional - encabeçado por Evo Morales e Arce Catacora -, não ter utilizado os excedentes gerados no período da venda de gás para investir como Estado, como a YPFB, em seus próprios poços e em toda a logística de extração para consolidar uma poderosa empresa estatal de hidrocarbonetos, que assumisse as atividades de exploração, produção e comercialização. Se assim tivesse feito, os lucros seriam 100% destinados aos cofres do País e, portanto, voltados ao benefício de todos os bolivianos.

NOVA LEI DE MINERAÇÃO

O governo convocou a Cúpula da Mineração para 24 de julho em La Paz, com o objetivo de definir os últimos detalhes da nova lei de mineração, já elaborada e acordada nos últimos dois meses com aqueles considerados pelo governo como os dois atores mineiros mais importantes da Bolívia: a grande mineração privada estrangeira e o setor cooperativado, principalmente do ouro. Para os primeiros, eles estão condicionando todas as regulamentações legais para que os consórcios globais importantes possam chegar e assumir o comando dos maiores projetos de mineração descobertos e desenvolvidos pelo COMIBOL. Sob tais condições leoninas e contrárias ao Estado boliviano, os capitalistas estrangeiros se tornarão proprietários das jazidas mais ricas da Bolívia. As novas condições fiscais serão desvantajosas para o País, ainda mais do que os atuais impostos miseráveis e royalties pagos pelas empresas privadas de mineração. Quanto ao setor cooperativo, eles poderiam se associar a grandes empresas privadas (o que antes era proibido) com o objetivo de crescer junto a elas. Além disso, ajus-

ta-se a lei para aumentar novas concessões e áreas mineiras, sem se importarem com as condições ambientais. Claramente, a nova lei da mineração será um grande negócio para os empresários nativos e estrangeiros, disfarçados de sócios cooperativistas. Quanto à mineração estatizada, que gerencia apenas 6% da atividade nacional da mineração, no acordo COB-Governo, a central sindical se comprometeu a não privatizá-la, mas ao mesmo tempo a estrangula economicamente ao não investir um único dólar do Estado para seu desenvolvimento e expansão. Além disso, atualmente, está realizando cortes nas despesas de produção e aplicando um sistema de avaliação produtiva que, se não atingir os objetivos estabelecidos, será penalizada. Consequente com sua visão neoliberal, o que o governo busca com sua nova lei é entregar toda a riqueza mineradora do país à voracidade dos grandes capitais privados e eliminar as produtivas empresas mineradoras da COMIBOL.

NOVA LEI DE INVESTIMENTOS

Para respaldar legalmente todos os novos contratos que serão assinados com as empresas estrangeiras, o governo precisa de uma nova lei que garanta investimento privado e segurança para elas, permitindo que a legislação boliviana esteja sujeita à legislação internacional e à Corte Internacional de Justiça, sediada em Haia. Essa nova lei colocará o laço no pescoço do Estado boliviano, caso as multinacionais considerem que seus interesses estejam sendo afetados.

LANÇAMENTO

Adquira já com o distribuidor do jornal Massas da sua região

FASCISMO



O que é e como combatê-lo

Extratos de

Leon Trotsky



POR PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

II A publicação desta coletânea sobre o fascismo faz parte da iniciativa da vanguarda marxista-leninista-trotskista de compreender a luta de classes e construir o partido revolucionário.

R\$ 5

Bolívia

A “cúpula da mineração”, uma farsa “acertada” apenas entre empresários e cooperativistas, para impor a nova lei pró-imperialista de mineração ditada pelo FMI:

Entregar toda a atividade mineradora do país ao investimento estrangeiro e ao sistema cooperativo empresarial, em condições leoninas e abandono do setor estatal de mineração em prejuízo das receitas do estado e das regiões mineradoras

Da Agência de Notícias Fides de 24 de julho. - “Após dois dias de debate, e sem a participação da Federação Nacional das Cooperativas de Mineração da Bolívia (FENCOMIN), da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros de Bolívia (FSTMB), das comunidades afetadas pela atividade mineradora... o evento foi concluído com a apresentação de suas conclusões. Nas mesas de trabalho, participaram a Federação Regional de Cooperativas Mineiras Auríferas (FERRECO), a Federação Regional de Cooperativas Mineiras Auríferas do Norte de La Paz (FENCOMAN), a Federação das Cooperativas Mineiras Auríferas de Bolívia (FECMABOL) e empresários da mineração de médio porte”.

SEGURANÇA JURÍDICA: “Entre as principais conclusões está a revogação da Lei 535 sobre Mineração e da Lei 403 sobre a Reversão dos Direitos de Mineração, considerando que violam o devido processo... Da mesma forma, foi proposto que os contratos administrativos de mineração não exigissem mais a aprovação da Assembleia Legislativa e que a consulta prévia seja feita de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho... Reafirma que a mineração é competência exclusiva do nível central do Estado, rejeitando que municípios ou estados declarem regiões livres de mineração ou imponham multas e penalidades fiscais.”

CONTRATOS DE MINERAÇÃO: “Uma das principais propostas é estender a validade dos contratos administrativos de mineração por tempo indeterminado. Atualmente, esses têm duração de 30 anos. Também foi proposto que a licença ambiental deixasse de ser um pré-requisito para a adequação dos contratos. Além disso, foi proposto que o procedimento para a emissão de um contrato administrativo de mineração não deveria exceder um ano. Caso a Assembleia Legislativa não aprove os contratos a cada três

meses, propõe-se emitir uma autorização transitória para o início das operações.”

INSTITUCIONALIDADE: “Neste eixo, foi proposto reestruturar o Ministério de Mineração, a Autoridade Jurisdicional Administrativa de Mineração (AJAM), a Corporação de Mineração da Bolívia (COMIBOL) e outras entidades estatais vinculadas ao setor. Também foi sugerido criar uma única instituição que concentre o controle da atividade de mineração para evitar a duplicação de funções.”

MEIO AMBIENTE: “Os cooperativistas propuseram eliminar o certificado de uso do solo como requisito, que a consulta prévia não fosse considerada uma restrição para acessar um contrato de mineração e estabelecer um procedimento único para sua aplicação... Um dos aspectos que chamou atenção foi que as conclusões desta mesa não incluíram propostas para reduzir o uso de mercúrio na exploração aurífera ou alternativas para substituir esse insumo.”

COMERCIALIZAÇÃO E INVESTIMENTO: “No eixo de comercialização, rastreabilidade e mineração ilegal, foi proposto desenvolver uma lei do ouro que regule diferentes aspectos relacionados à exploração e comercialização do mineral. Também foi proposto fazer ajustes tributários nas regalias, embora as porcentagens ou valores não fossem especificados... Por fim, no eixo do desenvolvimento produtivo, investimentos e incentivos, foi proposto gerar políticas de financiamento e incentivos tributários, utilizar tecnologia para o zoneamento das áreas de mineração e permitir alianças entre cooperativas de mineração e empresas privadas”.

Bolívia

A política conciliatória do CTEUB preparou o terreno para o ataque do governo contra o magistério e a educação (Do Masas boliviano nº 2891)

O governo de Rodrigo Paz, aproveitando o refluxo da última mobilização e a atitude traiçoeira da burocracia sindical, ataca o povo explorado impondo medidas neoliberais sob a receita do imperialismo.

Paz desvalorizou a moeda e libertou o dólar à flutuação dos vaivens do mercado mundial. Elevou os custos dos serviços básicos (água e eletricidade). Preparou um novo aumento da gasolina e uma destruição dos direitos trabalhistas com uma nova Lei

Geral do Trabalho. Além disso, o governo promove uma política privatizante e pró-imperialista, para entregar os recursos naturais e empresas estatais às multinacionais saqueadoras. No âmbito da educação, o governo mantém a ameaça da descentralização educacional e ataca a carreira com uma campanha para desacreditar os professores, promovendo a profissão livre na educação.

Para abrir caminho à imposição de todas essas medidas, Paz ataca as organizações sindicais, criminalizando protestos, pren-

dendo líderes e aprofundando sua campanha midiática antissindical. Recentemente, sob uma ótica fascista, eliminou a dedução da contribuição sindical na folha de pagamento para funcionamento das organizações sindicais, com o objetivo claro de enfraquecê-las e asfixiá-las economicamente, promovendo a sindicalização livre para destruir a unidade dos trabalhadores e sua capacidade de mobilização e resistência.

Além disso, o governo conta com a cumplicidade da burocracia sindical, que não perde a oportunidade de se vender aos governos de turno, para obter benefícios do poder. O atual silêncio dos dirigentes sindicais não é gratuito.

Atualmente, a CTEUB (Confederação de Trabalhadores de Educação Urbana da Bolívia) e a maioria das federações departamentais e regionais são controladas pelo Bloco “Independente”, que no passado estava ligado ao MAS e agora serve aos propósitos do governo de direita Paz-Lara. Os “independentes” se esforçaram para desmobilizar os professores, sob a justificativa de que os trabalhadores da educação devem adaptar suas reivindicações e necessidades às possibilidades econômicas do governo. O que, na prática, se traduz na capitulação da burocracia à política anti-educação do governo e na renúncia à luta por um aumento salarial de acordo com a cesta básica familiar, deixando congeladas as reivindicações dos professores, colocando-os diante da armadilha das mesas de trabalho.

O aparato do Bloco Independente promoveu, em todo o país, a desmobilização dos professores em meio ao conflito dos setores

populares contra a política neoliberal do governo. Traiu a luta e quebrou a unidade sob o argumento de que grandes conquistas haviam sido alcançadas em favor dos professores. A única coisa que essa política conciliatória e traidora conseguiu foi enfraquecer a luta dos trabalhadores, fortalecendo e encorajando o governo a atacar os professores e a educação. Além de isolar o setor e minar o apoio de outros setores à luta dos professores em defesa de seus direitos trabalhistas e da educação única, pública e gratuita.

O bônus de Gestão de Sala de Aula (2.400 Bs) já desapareceu, consumido pela inflação e pela desvalorização da moeda. Os compromissos do governo de respeitar a carreira, não descentralizar a educação, chegar a um consenso da nova lei educacional e respeitar a atividade sindical foram jogados ao vento. Agora, os dirigentes nacionais se descabelam e fazem declarações pomposas condenando os ataques do governo contra os professores, hipocrisia desavergonhada! Na prática, os burocratas se encarregaram de preparar o terreno para esse ataque do governo de direita.

A posição do DEN da CTEUB não é um erro tático ou uma posição conjuntural, é a essência da burocracia sindical conciliadora e traidora. Portanto, nada pode ser esperado desses líderes, eles são um obstáculo à luta do magistério e à unidade dos explorados. O que corresponde é superá-los, construindo direções sindicais revolucionárias, que garantam a consequente luta em defesa dos interesses dos explorados. O caminho é fortalecer a URMA em todo o país.

Argentina

Milei-Palhaço está transformando o país em uma colônia do capital financeiro

Precisamos recuperar nosso país, é urgente!

As Malvinas são Argentinas!

(Extraído do Masas argentino nº 506)

O cúmulo do avanço colonialista foi a proibição da FIFA, apoiada pelo governo Milei, de entrar na Copa do Mundo de futebol com a bandeira argentina com o símbolo das Malvinas, ou camisas com uma legenda de protesto ou qualquer alusão às Malvinas, porque é considerado uma questão de “ódio” ou “ofensa”, “é conteúdo político”. A Ministra da Segurança, Alejandra Monteoliva, ameaçou que todas as que incluíssem referências às Ilhas seriam barradas nos controles de entrada, seriam confiscadas.

Essa medida repressiva é coerente com um presidente que reivindica a figura de Margaret Thatcher, que se sente “identificado com Margaret Thatcher” e que considera que “a Sra. Thatcher foi uma grande líder”. A primeira-ministra britânica, que ordenou o afundamento do cruzador ARA General Belgrano, em 1982, que navegava fora da zona de guerra, matando 323 de nossos soldados, cometeu um crime. Milei, violando a Constituição Argentina e a política oficial por décadas, afirmou que os kelpers deveriam votar sobre a soberania das Malvinas. Esse é o Milei que vindica Winston Churchill e Ronald Reagan.

A resposta foi um estádio cheio cantando contra a Inglaterra e as canções que reivindicam os “Meninos das Malvinas”, que terminou com os jogadores argentinos içando a bandeira “as Malvinas são Argentinas”, ao final da partida contra a Inglaterra. Público e jogadores. E milhões na Argentina cantando as mesmas músicas e, especialmente, comovendo os veteranos da guerra que foram ocultados e negados por quase todos os governos. Voltou-se a discutir por toda parte o balanço da guerra, a traição da ditadura e dos seus comandantes militares, a tortura e privação de soldados, o roubo

dos fundos arrecadados e o fato de não haver caminhos pacíficos e diplomáticos para recuperá-las. Na reivindicação das Malvinas, houve fortes rejeições às políticas pró-imperialistas do Governo.



Argentina

250 anos após a Independência dos Estados Unidos, Milei e todos os serventes do império foram à Embaixada para comemorar

Milei planejava viajar para as celebrações nos Estados Unidos (como havia anunciado um mês antes), mas o convite não chegou. Fez hastear a bandeira norte-americana no Monumento à Bandeira, substituindo a bandeira argentina, projetando-a no Obelisco, no Planetário, com a cumplicidade das autoridades locais.

Em sua mensagem ao amo do Norte, disse: “se fundava uma república sobre uma ideia simples, mas ao mesmo tempo revolucionária: que todos os homens são iguais diante de deus, e que possuem direitos naturais inalienáveis à vida, liberdade e propriedade.”

“Sob esta premissa, aquele país rapidamente se tornou o completo oposto dos países que abraçaram as ideias opostas: as do comunismo. A prosperidade dos Estados Unidos é a inveja de todos os povos oprimidos, mas empalidece diante da liberdade de seus cidadãos e é, de fato, uma mera consequência de sua preservação.”

“A Argentina foi um país fundado sob esse mesmo desejo... Portanto, aqueles que não concordam com esse princípio básico não podem se chamar verdadeiros patriotas. Considerando que a Argentina, assim como os Estados Unidos, foi fundada sobre esse princípio, quem a ataca não passa de um traidor da pátria. Entendemos que esses valores são únicos para ambos os países e que colocá-los no centro é a chave para tornar toda a América grande novamente, do Alasca à Terra do Fogo. Parabênizos todos os norte-americanos por este quatro de julho e conto com eles para con-

tinuar sendo um farol de liberdade no Norte, enquanto mais uma vez fazemos da Argentina um farol de liberdade no Sul.”

Maior servilismo e obsequência é impossível de conseguir. Até faz referência a “todos os povos oprimidos” do ponto de vista do opressor. São os Estados Unidos que saqueiam nosso país por meio de seus bancos, suas multinacionais, suas imposições, que também dominam o Judiciário, o Congresso, a mídia, são os que organizaram o Plano Condor para exterminar a vanguarda revolucionária em nossos países e que intervêm impunemente nos processos eleitorais. São os Estados Unidos que bloqueiam Cuba, Venezuela, sequestram seu presidente, bombardeiam pequenos barcos no Caribe matando suas tripulações, que querem tomar a Groenlândia, que pretendem adicionar o Canadá como mais um Estado, que ocuparam o Canal do Panamá, que impõem tarifas pesadas a países que não se disciplinam totalmente e querem avançar com sua intervenção militar em nosso país. Em grande parte, sua riqueza vem da massa de mais-valia que extrai de todos os nossos países, por todos os meios. Tudo em nome da “vida, liberdade e propriedade”, deles!

As centrais sindicais e os partidos políticos que se autodenominam nacionais e populares permanecem em silêncio diante de tal submissão. A Argentina só será independente quando quebrar todas as correntes que a prendem ao imperialismo, até lá somos uma colônia de joelhos diante de seus mandatos.

Argentina

Os ingleses mais uma vez pisoteiam a soberania nacional

O Ministério das Relações Exteriores respondeu muito tarde ao navio de guerra britânico que entrou no Mar da Argentina sem permissão. Ele só o fez depois que o fato foi divulgado na imprensa e diante das demandas por uma resposta do Governo.

Trata-se do ingresso do navio de patrulha oceânico HMS Medway, pertencente à Marinha Real Britânica, em águas de jurisdição nacional sem prévio aviso às autoridades argentinas, em trânsito das Ilhas Malvinas para Punta Arenas (Chile), para reabastecimento. A comunicação britânica chegou quase 24 horas após a navegação, o que anulou qualquer possibilidade de coordenação prevista pelos mecanismos bilaterais. Está estabelecido que as comunicações devem ser feitas com pelo menos 48 horas de antecedência: identificação, curso e propósito de navios ou aeronaves que planejam se aproximar a menos de 50 milhas náuticas da costa por mar ou 70 milhas por ar.

As observações possibilitaram verificar que o HMS Medway mantinha seu AIS, o sistema de identificação automática usado pelos navios para transmitir posição, curso, velocidade e identificação, desligado durante parte da navegação.

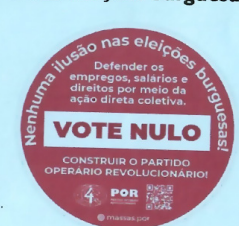
Uma provocação do imperialismo britânico para verificar até que ponto o governo renunciou à sua soberania e eles podem circular livremente por nossos mares.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

A política de
independência de
classe diante das
eleições municipais

Coletânea de artigos sobre a intervenção
do POR nas eleições burguesas (2024)





POR

PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

DE LUTA DE RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO

Argentina

O Reino Unido consolida a exploração ilegal das Malvinas até 2047

Enquanto o projeto multimilionário de petróleo “Bacia Leão Marinho”, localizado ao norte da Ilha Soledad, se prepara para iniciar a produção em 2027, o governo usurpador das Ilhas Malvinas estendeu até 2047 os direitos de exploração pesqueira das principais empresas da Espanha, Taiwan, Coreia, Vanuatu (na Oceania) e Reino Unido que operam ao redor do arquipélago, dentro da Zona Econômica Exclusiva Argentina por meio de licenças ilegais, baseadas em direito internacional e local, que proíbem a exploração do território em disputa.

Esta medida foi notada apenas pelo setor empresarial pesqueiro e é uma das decisões econômicas mais relevantes adotadas pela administração britânica.

O consórcio que recebeu a exploração de petróleo mencionada é liderado pela empresa israelense Navitas Petroleum e pela britânica Rockhopper Exploration, que planeja extrair aproximadamente 1,7 bilhões de barris de petróleo bruto até 2028. Será o primeiro empreendimento offshore no arquipélago.

A iniciativa petroleira e pesqueira responde a uma estratégia da administração dos ilhéus e do Reino Unido para atrair investimentos e melhorar sua economia. Ao mesmo tempo, continuam sua política de militarização do Atlântico Sul com exercícios militares realizados no arquipélago.

Espanha e Coreia estão entre os países que atualmente permitem a pesca ilegal nas Malvinas. Embarcações pesqueiras com licenças ilegais operam principalmente nas águas ao norte das Ilhas Malvinas, dentro da zona econômica exclusiva da Argentina (relata o Diário Perfil em detalhes). Informam que o levantamento realizado permite dimensionar a escala do negócio pesqueiro ao redor da Geórgia do Sul e do South Sandwich, onde embarcações dos territórios ultramarinos do Reino Unido também operam com licenças ilegais.

A pesca ilegal tem sido o principal apoio econômico para os habitantes da ilha por décadas, especialmente a renda proveniente de licenças de pesca e cotas para a exploração de lulas, merluzas e merluza-negra.

Não só o Reino Unido viola as resoluções da ONU, como também os países que autorizam suas empresas a operar fora da lei e as próprias empresas. Eles também violam as leis argentinas que preveem penas severas.

O governo argentino, que diz que “não tem dinheiro” para garantir questões vitais para nosso povo, não faz absolutamente nada para recuperar esses recursos extraordinários que nos saqueiam. Quais controles são realizados neste território nacional?

Em uma sessão plenária conjunta das comissões de Relações Exteriores e Interesses Marítimos da Câmara dos Deputados, em junho, o ex-Ministro da Defesa denunciou que “a Argentina tem uma área claramente afetada pela pesca ilegal, que são as Malvinas. Nessa área da nossa Zona Econômica Exclusiva, os britânicos concedem licenças de pesca ilegal por até 25 anos sem autorização argentina. Claramente há pesca ilegal lá”.

Se houver uma reivindicação argentina em nível diplomático, por meio do Comitê de Descolonização, ela deve ser comunicada a toda a população e medidas de punição econômica devem ser tomadas contra países e empresas que prejudiquem o país. Milei, pelo contrário, impulsiona uma aproximação diplomática com o Reino Unido, incluindo uma viagem, sem mencionar quais reclamações fará sobre estas questões.

O Governo afirma que defende o direito à propriedade sem esclarecer que defende a propriedade de interesses estrangeiros, saqueadores, e não a propriedade da Nação. O governo colonial renuncia abertamente à defesa dos nossos interesses.

Outra entrega da soberania: o projeto da “Lei de Terras” ou de “Inviolabilidade da Propriedade Privada”

Foi modificada 14 vezes ao longo de 3 meses para alcançar todo o apoio legislativo. Essa lei será um novo atentado à soberania. Seu debate foi novamente suspenso.

O governo nacional concede às províncias poderes para autorizar ou rejeitar vendas e, com isso, ganhou vários apoios, pois assim elas passam a fazer parte do negócio. Houve mudanças no projeto após a saída das comissões. Mudanças que são preparadas fora do âmbito parlamentar e que chegam já prontos para sua votação, passando por cima dos legisladores que nem sabiam em que votar quando ou quando precisavam levantar a mão.

O projeto visa eliminar os limites à compra de terras rurais por estrangeiros, que atualmente é 15% do território. O capital estrangeiro já possui cerca de 5% (13 milhões de hectares, em alguns departamentos a estrangeirização já ultrapassa 40% ou 50%). Poderão comprar todo o território que quiserem, comprar em áreas fronteiriças e terras que concentram reservas estratégicas.

Formalmente, havia um impedimento para compradores estrangeiros em áreas fronteiriças, em defesa da soberania nacional.

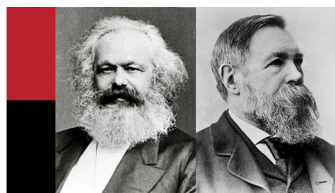
Formalidade quebrada pelos Lewis, que tomaram uma área estratégica com Lago incluída.

O governo também busca modificar o regime de expropriação restringindo o conceito de “utilidade pública” e elevar as indenizações para dificultar a recuperação de ativos estratégicos por futuros governos. Essa é a via para dar forma máxima à “segurança jurídica”, à voracidade capitalista.

A iniciativa também permite despejos relâmpagos, permitindo que um juiz ordene a restituição imediata de um imóvel sem esperar uma sentença final.

E modifica a Lei de Manejo do Fogo ao desmontar as proteções sobre florestas nativas e terras devastadas pelo fogo. Uma proteção das terras daqueles bosques propositalmente queimados para evitar qualquer tipo de exploração nessas terras, impedindo a especulação imobiliária.

Não conhecemos que tenha havido alguma iniciativa dos partidos que se autodenominam oposição nem tampouco das direções sindicais para convocar a população a rejeitar essa nova entrega.



▶ Assimilando o socialismo científico

A base da religião

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Seleccionamos as passagens sobre o “Método da Economia Política”, que constitui a terceira parte da “Introdução à Crítica da Economia Política”. No Jornal Massas 765, publicamos uma síntese das formulações de Engels sobre a dialética e completamos com um comentário de Lênin. No Massas 766, retomamos a publicação em continuidade à formulação de Marx sobre as transformações históricas e o lugar das forças produtivas. O Massas 767 trouxe a formulação de Marx e Engels sobre a relação entre a consciência e a realidade, que se encontra no livro “A Ideologia Alemã”. No número seguinte do Jornal Massas, transcrevemos as formulações correspondentes à concepção marxista sobre a religião. Agora, apresentaremos as formulações de Engels sobre o Estado ⁽¹⁾

¹ Extraído da obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, de F. Engels

A BASE DO ESTADO

As três formas principais em que o Estado surge sobre as ruínas da organização da gens ⁽¹⁾ foram analisadas atrás, pormenorizadamente. Atenas constitui a forma mais pura, clássica; ali, o Estado deriva direta e principalmente das oposições de classe que se desenvolvem dentro da própria sociedade da gens. Em Roma, a sociedade da gens torna-se uma aristocracia fechada, no meio da numerosa plebe, que fica de fora e tem deveres, mas não direitos; a vitória da plebe rompe a velha organização baseada no parentesco e constrói sobre as suas ruínas o Estado, em cujo seio tanto a aristocracia da gens como a plebe se veem depressa totalmente absorvidas. Por último, no caso dos conquistadores germânicos do Império Romano, o Estado provém diretamente da conquista de extensos territórios estrangeiros, para cujo governo a organização da gens não fornece quaisquer meios. Mas porque a conquista não envolve nem uma séria luta com a população original, nem uma divisão de trabalho mais avançada; porque conquistadores e conquistados se encontram quase no mesmo nível de desenvolvimento económico, e a base económica da sociedade se mantém, por conseguinte, como antes - por estas razões, a organização da gens consegue sobreviver muitos

séculos, sob a forma alterada e territorial da marca, e até rejuvenescer por algum tempo, numa forma mais tênue, nas famílias nobres e patrícias que viveram depois e também em famílias de camponeses, como em Ditmarschen.

Consequentemente, o Estado não é de forma alguma um poder imposto à sociedade a partir de fora; tampouco é “a realidade da ideia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como defende Hegel. O Estado é, antes, o produto da sociedade numa fase particular de desenvolvimento; é o reconhecimento de que a so-

ADQUIRA ▶
**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**



¹ Gens é um termo que, na Roma Antiga, representava a identidade familiar de um determinado conjunto de famílias, largamente inseridas na aristocracia romana. Os membros da gens encontravam-se ligados pela concepção do genus, uma linhagem definida pela ancestralidade e pelos feitos militares de seus antepassados.



cidade se envolveu numa autocontradição insolúvel e se encontra cindida em antagonismos irreconciliáveis dos quais é incapaz de se livrar. Mas para que os antagonismos e as classes com interesses em conflito não se destruam a si e à sociedade em luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, aparentemente situado acima da sociedade, que moderasse o conflito e o mantivesse dentro dos limites da “ordem”; e este poder, nascido da sociedade, mas colocando-se acima dela e dela se alienando progressivamente, é o Estado.

Em contraste com a velha organização da gens, o Estado distingue-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento dos seus membros numa base territorial. Como vimos, os velhos organismos da gens, formados e unidos por laços de sangue, tinham-se tornado inadequados, em grande parte porque pressupunham que os membros da gens estavam ligados a uma determinada localidade, quando há muito já havia deixado de ser assim. O território ainda lá estava, mas o povo tornara-se móvel. Por isso, se tomou como ponto de partida a divisão territorial e se introduziu um sistema pelo qual os cidadãos exerciam os seus direitos e deveres públicos no local onde residiam, sem prestar atenção à gens ou à tribo. A organização dos cidadãos, de acordo com o domicílio, é comum a todos os Estados. Por isso, nos parece natural; mas, como vimos, foram necessárias lutas árduas e prolongadas antes de ela conseguir desalojar, em Atenas e em Roma, a velha organização baseada no parentesco.

A segunda característica distintiva é a instituição de uma força pública que já não se identifica diretamente com a própria organização do povo como poder armado. Esta força pública especial é necessária, porque a organização armada do povo, atuando por si própria, se tornou impossível a partir da sua clivagem em classes. Os escravos também pertencem à população: em relação aos 365.000 escravos, os 90.000 cidadãos de Atenas constituem apenas uma classe privilegiada. O exército civil da democracia ateniense confrontava-se com os escravos como força pública aristocrática e controlava-os; mas para também fiscalizar os cidadãos requeria-se uma força de polícia, como atrás se descreveu. A força pública existe em todos os Estados; não

consiste apenas em homens armados, mas também em acessórios materiais, prisões e instituições coercivas de toda a espécie, que a sociedade da gens ignorava por completo. Tal força pública pode ser muito insignificante, praticamente inexistente, em sociedades com antagonismos de classe ainda pouco desenvolvidos e vivendo em áreas remotas, como em certas épocas e zonas dos Estados Unidos da América. Contudo, vai-se tornando mais forte à medida que os antagonismos de classe dentro do Estado se tornam mais nítidos e os Estados vizinhos maiores e mais populosos. Basta olhar para a Europa de hoje, onde a luta de classes e a rivalidade na conquista elevaram o poder público a um tal grau que ameaça devorar toda a sociedade e até o próprio Estado.

Para manter o poder público são necessárias contribuições dos cidadãos do Estado - os impostos, que eram totalmente desconhecidos pela sociedade da gens. Hoje em dia, sabemos mais do que o suficiente a seu respeito. Com o avanço da sociedade, nem sequer os impostos são suficientes; o Estado emite letras sobre o futuro, contrai empréstimos, dívidas do Estado. A nossa velha Europa também tem muito que contar a este respeito.

Na posse do poder público e do direito de lançar impostos, os funcionários apresentam-se a si mesmos como órgãos da sociedade que se situam acima da sociedade. O respeito livre e voluntariamente concedido aos órgãos da gens não lhes é suficiente, ainda que o pudessem merecer. Representantes de um poder que os aliena da sociedade, o prestígio tem de lhes ser concedido por meio de decretos especiais, que os investem de uma santidade e inviolabilidade peculiares.

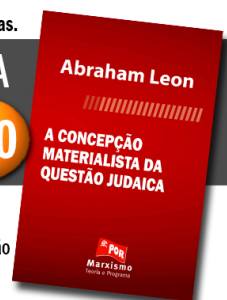
LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

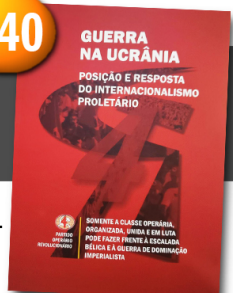
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



O menos categorizado dos funcionários da polícia do Estado civilizado tem mais “autoridade” do que todos os órgãos da sociedade da gens em conjunto; mas o príncipe mais poderoso, o maior homem de Estado ou o general da civilização invejaria o mais humilde dos chefes da gens o respeito espontâneo e incontestado que lhe era concedido. Porque um está no meio da sociedade e o outro, vê-se forçado a atuar como algo que se situa fora e acima dela.

Porque o Estado nasceu da necessidade de controlar os antagonismos de classe e do centro da luta entre as classes, é normalmente o Estado da classe mais poderosa e economicamente dominante, que por seu intermédio adquire também o domínio político, obtendo assim novos meios para dominar e explorar a classe oprimida. O Estado da Antiguidade era, acima de tudo, o Estado dos senhores de escravos, para os subjugar, exatamente como o Estado feudal era o órgão da nobreza para subjugar os servos e camponeses; e o moderno Estado representativo é o instrumento da exploração do trabalho pelo capital. Todavia, ocorrem períodos excepcionais quando as classes em conflito se encontram tão iguais em forças que o poder do Estado, como aparente mediador, adquire transitoriamente certa independência em relação a ambas. É o que acontece no caso da monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que equilibra a nobreza e a burguesia uma contra a outra; e no bonapartismo do primeiro e, em especial, do segundo Império Francês, que lançou o proletariado contra a burguesia e a burguesia contra o proletariado. A última realização nesta linha, e em que governantes e governados se mostram igualmente ridículos, é o novo Império Germânico da Nação de Bismarck: os capitalistas e os trabalhadores

mantêm-se em equilíbrio uns contra os outros e ambos são espoliados em favor dos decadentes Junkers prussianos.

Além disso, na maior parte dos Estados históricos os direitos concedidos aos cidadãos medem-se sobre

(...) o Estado não existiu desde sempre. Houve sociedades que passaram sem ele, que não tiveram noção de Estado ou de poder estatal. Numa determinada fase do desenvolvimento econômico, que envolveu necessariamente a divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade por causa dessa divisão. Estamos agora nos aproximando rapidamente de uma fase do desenvolvimento da produção em que a existência das classes não só deixou de ser uma necessidade, mas se tornou um verdadeiro obstáculo à produção. Elas cairão tão inevitavelmente como surgiram. E, com elas, o Estado cairá também de modo inevitável. A sociedade que vai organizar de novo a produção na base da livre e igual associação dos produtores colocará toda a máquina do Estado no seu devido lugar: no museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze.

a base da propriedade, pelo que se admite diretamente que o Estado é uma organização para a proteção da classe proprietária contra a classe não proprietária. É o que se verifica já nas classes proprietárias de Atenas e de Roma. Coisa semelhante se passava no Estado feudal medieval, em que a extensão do poder político era determinada pela extensão das terras possuídas. O mesmo se passa também com as qualidades eleitorais nos modernos Estados parlamentares. O reconhecimento político das diferenças de propriedade, porém, não é de forma alguma essencial. Pelo contrário, marca um estágio atrasado no desenvolvimento do Estado.

A forma mais elevada do Estado, a república democrática — que, nas nossas condições sociais modernas, se torna cada vez mais uma necessidade inevitável e é a única forma de Estado em que é possível travar a última batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia —, já não reconhece oficialmente as diferenças de propriedade. Nela, a riqueza emprega o seu poder de forma indireta, mas mais segura. A riqueza o faz de duas maneiras: através da simples corrupção de funcionários, de que a América é o exemplo clássico, e pela aliança entre o Governo e a Bolsa, efetuada tanto mais facilmente quanto mais alta for a dívida do Estado e quanto mais as sociedades anônimas concentrarem em suas mãos não apenas o transporte, mas também a própria produção, tendo o seu próprio centro na Bolsa. Além da América, a última República Francesa ilustra isso



de forma evidente, e a pequena e honesta Suíça realizou também uma proeza notável neste campo. Mas que uma república democrática não é essencial ao vínculo fraterno entre Governo e Bolsa prova-se não apenas pela Inglaterra, mas também pelo novo Império Alemão, onde é difícil dizer quem ganhou mais pontos com a introdução do sufrágio universal, se Bismarck ou o Banco Bleichröder.

E, por último, a classe proprietária governa diretamente através do sufrágio universal. Enquanto a classe oprimida — no nosso caso, portanto, o proletariado — não estiver ainda madura para a sua autolibertação, reconhecerá, em sua maioria, a ordem social existente como a única possível e manter-se-á politicamente como a cauda da classe capitalista, como a sua ala de extrema-esquerda. Mas, na medida em que a classe oprimida vai amadurecendo para a sua autoemancipação, constitui-se como seu próprio partido, vota em seus próprios representantes e não nos dos capitalistas. Assim, o sufrágio universal é a medida da maturidade da classe operária. No Estado moderno, não pode ser, nem será nunca, mais do que isso; mas é o suficiente. No dia em que o termômetro do sufrágio universal atingir o ponto de ebulição entre os trabalhadores, tanto estes como os capitalistas saberão em que pé se encontram.

Consequentemente, o Estado não existiu desde sempre. Houve sociedades que passaram sem ele, que não tiveram noção de Estado ou de poder estatal. Numa determinada fase do desenvolvimento econômico, que envolveu necessariamente a divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade por causa dessa divisão. Estamos agora nos aproximando rapidamente de uma fase do desenvolvimento da produção em que a existência das classes não só deixou de ser uma necessidade, mas se tornou um verdadeiro obstáculo à produção. Elas cairão tão inevitavelmente como surgiram. E, com elas, o Estado cairá também de modo inevitável. A sociedade que vai organizar de novo a produção na base da livre e igual associação dos produtores colocará toda a máquina do Estado no seu devido lugar: no museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze."

LANÇAMENTO

Adquira já com o distribuidor do jornal Massas no direct

II O marxismo, enquanto ciência que tem como cerne o materialismo histórico dialético, discutindo as questões materiais do homem e o seu desenvolvimento ao longo da história, não pôde, jamais, se desvincular do campo da arte, e portanto, da cultura.

R\$ 10

LANÇAMENTO

Adquira já com o distribuidor do jornal Massas no direct

R\$ 5

"Preocupado em combater "um luxemburgismo totalmente distorcido e vulgarizado" pelos estalinistas e centristas de esquerda que manipulavam, e assim o fazem até hoje, os equívocos de Luxemburgo, caricaturizando-os, Trotsky faz a defesa desta grande defensora da revolução proletária, não de forma incondicional."

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por

